



Anais da Assembléia

N. 110

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 93.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 1987.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Cândido Bastos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 89/87

Curitiba, 23 de setembro de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Associação Comercial e Industrial de Cambará, o imóvel que especifica, constituído da área de 528,00 m², havida pelo Estado do Paraná, através da Transcrição n. 1.256, às fls. 195, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cambará.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis consulta aos superiores interesses do Estado e da coletividade, eis que o imóvel cuja doação se pretende efetivar será utilizado na construção da sede da Associação Comercial e Industrial de Cambará.

No texto do anteprojeto de lei em causa figura dispositivo expresso no sentido de que o imóvel em referência, que ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será utilizado tão somente para a sede da donatária, a ser construída no prazo de 5 (cinco) anos, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Comercial e Industrial de Cambará, imóvel constituído de área de 528,00 m², sem benfeitorias, destacada de área maior havida pelo Estado conforme transcrição n. 1.256, fls. 195, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cambará e que, conforme planta parcial da Cidade, corresponde ao lote n. 283, com as seguintes medidas e confrontações: de frente para a Rua Monsenhor João Belchior, numa distância de 24,00 metros; de um lado, partindo do alinhamento da Rua Monsenhor João Belchior, divide-se com o Lote n. 238, numa distância de 22,00 metros; de fundos com o lote n. 294, numa distância de 24,00 metros; e de outro lado, onde faz esquina com a Rua Siqueira Campos, numa distância de 22,00 metros.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, somente será utilizado para construção da sede da donatária não podendo, em qualquer tempo, ser transferido a terceiros ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão ao Patrimônio do Estado, independentemente de

qualquer interpelação ou notificação.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo, gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, reverterá, da mesma forma, ao patrimônio estadual, se, decorridos 5 (cinco) anos, não estiver concluída a construção da sede da donatária.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 90/87

Curitiba, 23 de setembro de 1987
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de promessa de empréstimo, celebrado em 16 de julho de 1987, entre o Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal, com a intervenção do Banco do Estado do Paraná S/A, objetivando a execução do "Projeto Obras Cura" de extensão de pavimentação em vários Municípios de Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 91/87

Curitiba, 23 de setembro de 1987
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica, Administrativa e Financeira, celebrado em 02 de julho de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC, e a URBS - Companhia de Urbanização de Curitiba S.A., com anuência do Município de Curitiba, objetivando a implantação do plano de descentralização de linhas metropolitanas operantes no terminal Guadalupe.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de ele-

vado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 92/87

Curitiba, 23 de setembro de 1987
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio n. 18/86, de 12 de dezembro de 1986 e de seu termo de revigoração e prorrogação datado de 24 de agosto de 1987, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Rolândia, objetivando a execução de obras de reparos e melhorias no terminal rodoviário de passageiros daquele Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 93/87

Curitiba, 23 de setembro de 1987
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de revigoração e prorrogação, datado de 27 de abril de 1987, do Convênio n. 11/86, celebrado em 11 de julho de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Guarapuã, objetivando aplicação de recursos na melhoria do Sistema de Transporte Hidroviário, nas ligações entre Guarapuã, Barra do Ararapira, Barra do Superagui, Ilhas das Peças, Superagui, Rasa e outras.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM

Sob o n. 94/87, do Senhor Governador

do Estado, apresentando à elevada apreciação dos Membros dessa Egrêgia Assembléia Legislativa, atendendo ao disposto no artigo 47, da Constituição Estadual, o anteprojeto de lei referente ao Orçamento-Programa para o exercício de 1988.

MENSAGEM N. 95/87

Curitiba, 23 de setembro de 1987
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Terezinha de Itaipu uma área de terreno com 12.500 (doze mil e quinhentos metros quadrados), destacada de área maior havida pelo Estado, na sede do referido Município, conforme transcrição n. 3.834, às fls. 291, do Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

A medida legal ora proposta a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da comunidade, eis que na área de terreno cuja doação se procura efetivar, o Município de Santa Terezinha de Itaipu pretende implantar um distrito industrial, fato que virá estimular o progresso daquela região, com oferta de empregos para aproveitamento da mão-de-obra local.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Santa Terezinha de Itaipu, um imóvel constituído da área de 12.500 m², parte de área maior havida pelo Estado, conforme transcrição n. 3.834, às fls. 291, do Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu e que apresenta as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, numa distância de 125,00 m, rumo SW 31°48' NE, com parte do lote rural n. 303; ao Sul, numa distância de 125,00 m, rumo SW 31°48' NE, com a BR-277; a Leste, numa distância de 100,00 m, rumo SE 58°12' NW, com a Chácara n. 52; e a Oeste, numa distância de 100,00 m, rumo SE 58°12' NW, com a parte remanescente do lote n. 303, da qual é desmembrada.

Art. 2º - A área de que trata o artigo anterior será utilizado pelo Município de Santa Terezinha de Itaipu na implantação de um distrito industrial.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os ns. 116, 117 e 118/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei números 126/87, 370/84 e 075/86, os quais convertidos em Lei tomaram os números 8.550, 8.549 e 8.551. Anote-se - Arquive-se.

OFÍCIO N. 27/87

Curitiba, 06 de outubro de 1987.
Senhor Presidente.

Com o presente comunico a Vossa Excelência, e peço que o faça aos Senhores Deputados, que a partir do dia 30 (trinta) de setembro último estou filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), passando a integrar a sua representação parlamentar neste Poder.

Aproveito a oportunidade para apresentar Cordiais saudações.

(a) JOSÉ ALVES.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n. 103/86 de autoria do Deputado Sabino Campos, que dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 7.292/79 (dispõe sobre alterações de divisas do município de Cafelândia, desmembrado do município de Cascavel).

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n. 226/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 78/87, objetivando nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei n. 8.470 de 30.03.87, mantendo-se inalterado o "caput".

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja dada preferência de votação ao Projeto de Resolução n. 47/87.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem a presença de V.Exa. REQUERER, após ouvido o Plenário, que se digne formar uma Comissão de Deputados para acompanhar o despejo de aproximadamente 500 famílias que estão sendo ameaçadas de despejo na conectora 5.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a dispensa de Redação Final para os Projetos de Lei aprovados na presente sessão, e que não sofreram emendas em sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e com base no inciso VIII, do art. 16, da Constituição Estadual, a sua designação e licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural, no período compreendido entre os dias 7 a 18 de outubro de 1987, em viagem aos Estados Unidos.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Walter Oberg, ocorrido no dia 1º de outubro corrente na cidade de Ponta Grossa.

O extinto tinha 73 anos e era pessoa muito estimada na comunidade pontagrossense.

Deixa viúva a Sra. Irene Oberg, com quem teve dois filhos: Iglan - casado com Genilda Celli Oberg e Gultor (in memoriam) - casado com Rosana Langner Oberg. Deixa ainda 4 netos.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhado à família enlutada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de profundo pesar pelo faleci-

mento do Senhor Tamin Domit, ocorrido nesta Capital, no dia de hoje.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Aos 77 anos de idade, faleceu no dia de hoje nesta Capital, o Senhor Tamin Domit, membro de uma das mais tradicionais famílias de União da Vitória, deixando viúva a Sra. Dirce, 3 filhos e 7 netos.

O passamento do Senhor Tamin veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

Ao longo da existência as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente a passagem por conquistas de amizades e por características de bom relacionamento com a comunidade, como foi o caso do Senhor Tamin Domit.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos e sua alma engrandece o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Domit, enviando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado "Votos de Congratulações" a todos os Vereadores do Paraná, através dos Senhores Presidentes das Câmaras municipais do nosso Estado, pelo transcurso da data comemorativa ao "Dia Nacional do Vereador", no dia 1º de outubro.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de congratulações ao Corpo de Bombeiros de Curitiba pela comemoração dos seus 75 anos de fundação. Corporação esta que atua de maneira inestimável junto à nossa cidade, sendo responsável por grande parte da segurança proporcionada à população.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à referida corporação.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação de Professores de Espanhol do Estado do Paraná, pelo brilhante Seminário sobre as Obras do escritor Eduardo Galeano, realizado nesta Capital, no período de 28 de setembro a 02 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

O motivo que leva-nos a solicitar o envio dos votos de congratulações, dá-se pelo fato da Associação de Professores de Espanhol do Estado do Paraná, haver escolhido o escritor Eduardo Galeano para realizar um Seminário sobre sua obra, uma vez ser de incontestável importância para toda a América Latina. Todas suas obras voltam-se para este Continente: seus povos, suas lutas, seus sofrimentos, suas glórias, derrubando mitos históricos, iluminando filosofias obscuras, esclarecendo fatos não comentados, enfim, desnudando a América Latina, tal como ela é.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de congratulações à população de União da Vitória, Porto Vitória e Cruz Machado, pelas inaugurações da Rodovia Deputado Domício Scaramella, PR-446, trecho União da Vitória a Porto Vitória e Rodovia Prefeito Afonso Nadolny, PR-447, União da Vitória à Cruz Machado.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos Senhores: Governador Álvaro Dias, Senador José Richa e Doutor João Elísio Ferraz de Campos, Prefeitos Municipais, Vice-Prefeitos e todos os Senhores Vereadores dos Municípios de União da Vitória, Porto Vitória e Cruz Machado, para que transmitam a toda a população o teor deste.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderia deixar de registrar nos Anais deste Poder Legislativo a importância, incontestável para a região, da inauguração do asfaltamento da Rodovia Deputado Domício Scaramella, PR-446 trecho União

da Vitória - Porto Vitória e da Rodovia Prefeito Afonso Nadolny, União da Vitória - Cruz Machado.

Ligando definitivamente os Municípios de Porto Vitória e Cruz Machado com União da Vitória e os grandes centros, beneficiando uma região que foi relegada pelos governos anteriores, sendo inúmeros e até mesmo incontáveis os grandes e históricos exemplos que os governos José Richa - João Elísio Ferraz de Campos e Álvaro Dias, deram e darão ao povo do Paraná.

Obras iniciadas no Governo José Richa, tiveram continuidade no Governo João Elísio, e agora concluídas com o Governador Álvaro Dias.

Toda a população dos Municípios de União da Vitória, Porto Vitória e Cruz Machado, durante as festividades de inauguração manifestaram o reconhecimento ao trabalho do ex-Governador José Richa, pela coerência, seu despreendimento e visão das questões relacionadas com o problema do homem do interior, refletiram e traduziram a opinião unânime do povo da região para transformá-lo num dos líderes mais expressivos do País. O Doutor João Elísio Ferraz de Campos, que teve a honra de substituí-lo para dar continuidade ao seu governo, sem diminuir o ritmo de realizações especialmente com o programa de transportes, - foi lembrado com muito justeza.

Poucas vezes, na história deste Estado, tivemos oportunidade de ver um governante ser aplaudido unanimemente por todas as correntes políticas, como foi o caso do nosso eminente governador Álvaro Dias, sendo referenciado por toda a população pelo seu desempenho, pela sua vontade de trabalhar diuturnamente, para dar continuidade ao seu programa de governo com ritmo de realizações que o Paraná necessita. O sucesso de empreitadas como essa, nos anima a afirmar que, por certo, haveremos de caminhar juntos, povo e governo, em outros empreendimentos que o Paraná alcançará para assegurar um futuro mais promissor para nossos filhos.

É possível sentir e viver as transformações de um governo democrático, preocupado e compromissado com as mudanças que está a promovê-las, sempre contando com o apoio e a participação do povo de todo o Estado.

Hoje, toda a população daquela região está em festa, exultante de alegria pela conquista de rodovias asfaltadas, o que certamente reativará o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consigna-ção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações à família do saudoso Professor Venceslau Muniz, pela passagem do centenário de seu nascimento, cuja data transcorreu em 27 de setembro.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família por intermédio de seu filho Venceslau Muniz Filho, bem como ao Senhor Prefeito, Dr. Alceu Antônio Swarowski, Senhor Vice-Prefeito, Salustino Kobus e a todos os Senhores Vereadores de Rio Negro, para que transmitem a toda a população o teor deste.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Rio Negro está celebrando o centenário de nascimento do professor Venceslau Muniz, cuja data natalícia ocorreu em 27 de setembro. É a reverência a um grande, abnegado e exemplar homem. A celebração estende-se não só à Cidade e ao Município de Rio Negro, mas ao vizinho Município de Mafra e até a outras cidades, como Joinville, isto não só em função do ramo familiar do homenageado, mas também pelos exemplos que ele semeou.

Venceslau Muniz é considerado "Patrono dos Educadores", "Príncipe dos Jornalistas" e "Patrono Moral" de Rio Negro, títulos que por si só falam do seu caráter e refletem o que foi sua vida. "Ele balizou sua vida, alma e obra por Deus, pela Pátria, pela Família e pela nossa Comunidade", como disse o Prefeito Alceu Antônio Swarowski.

Venceslau Muniz casou-se com Dalila Gomes Stok (também professora), de tradicional família de Joinville. Dessa união nasceram doze filhos (dos quais 10 ainda vivem), 20 netos e 22 bisnetos.

Foi professor (com devoção extraordinária), poeta, escritor, jornalista, inclusive proprietário de jornais, como "O Clarim", de Lajes-SC e "A Evolução", de Mafra-SC. Como mestre dedicado, é autor de um raro feito: jamais faltou a uma de suas aulas. Uma assiduidade incomparável. Sobre isso, escreveu um dia: "...Eu, por mim, graças a Deus, posso afirmar que nenhum dia deixei de comparecer às aulas, considerando esta minha assiduidade e dedicação ao magistério como o maior galardão de que possa me orgulhar..."

Culto e ilustrado, procurou sempre adquirir mais e mais conhecimentos, que transferia aos seus alunos e a tantos mais, pelo exemplo de sabedoria. Lecionava invariavelmente das 8 às 22 horas com breves intervalos para as refeições. O magistério sempre foi para ele um sacerdócio. Aos seus alunos não apenas lecionou. Preparou-os para a vida. Não ensinou somente

as matérias escolares, ministrou lições de vida, uma vida pautada pela honradez, pela austeridade, pela fé, pela humildade e elevado sentimento de humanidade. Manteve estreita correspondência com os governos federal, estadual e municipal, referente à educação, de cujas sugestões muitas foram aproveitadas e hoje integram a legislação vigente.

Venceslau Muniz foi um dos fundadores da Sociedade dos Vicentinos em Rio Negro e pertenceu à Ordem Terceira de São Francisco, dada sua incansável dedicação aos pobres e necessitados. Metódico e austero, deixou ensinamentos muito válidos ainda nos dias atuais, como este: "Quem ganha 3 gasta 2 e guarda 1 - primeiro o necessário, depois o útil e finalmente o agradável".

Homem de grande força de vontade e dedicação, atuou com brilhantismo em sua comunidade, participando ativamente em todos os setores e promoções voltadas para o bem comum.

Dominando várias línguas foi também músico, conhecimentos esse que com rara tenacidade adquiria para poder melhor cumprir sua missão de professor, a qual desempenhou com brilhantismo por mais de meio século, outro fato raro, numa época em que as dificuldades eram ainda maiores e a remuneração sempre aquém do merecimento de mestres dedicados.

Milhares foram aqueles que pela sua sabedoria foram preparados, seus ex-alunos sempre guardaram dele as melhores recordações e palavras e respeito e admiração, entre os quais Leonardo Henke, Helena Kolody e Ivan Ferreira do Amaral.

Milhares de paranaenses bem formados devem a este venerado exemplo de professor o que são na vida. O Paraná também muito lhe deve, daí as homenagens que estão sendo prestadas na celebração do seu centenário de nascimento. Ao pleitear que imanemo-nos todos traduzindo a homenagem desta Casa e do Povo que representamos, finalizamos com as palavras do próprio professor Venceslau Muniz: "Só os feitos positivos podem marcar a presença do Homem na vida. Passam-se os séculos, mas a voz do futuro vai marcando a figura daquele que realizou alguma coisa, sobretudo pelo bem público".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consigna-ção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e agradecimentos ao Dr. Marcos Villaça, Presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), pelo seu desempenho à frente daquela instituição, especialmente com relação ao

Estado do Paraná.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Marcos Villaga, Presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), no atual governo, superou a visão apenas filantrópica, para trabalhar num esforço mais amplo de Promoção Social. Assim, no Paraná, foram destinados recursos à Secretaria de Educação para o programa de creches e atendimento infantil; recursos neste sentido também foram destinados à Prefeitura Municipal de Curitiba.

O mais importante, foi a destinação de uma verba de Cz\$ 140 milhões de cruzados para o Estado investir em programas de desenvolvimento de microempresas, aquisição de vacas mecânicas para reforço alimentar a crianças carentes e para o programa de concessão de documentos pessoais no Estado, sendo este um dos maiores convênios já assumidos pela Legião até hoje, que permitirá o atendimento a mais de 37 mil crianças carentes na rede estadual de creches e a instalação de mais 100 microempresas sociais que proporcionarão emprego e trabalho para mais 500 pessoas. Isso indica a grande preocupação da LBA, com o programa social, que cresceu 600 vezes mais que em 1986, inclusive o reconhecimento pelo trabalho sério que vem sendo desenvolvido aqui no Paraná, sob a orientação firme e segura do Governador Álvaro Dias.

Todo esse esforço vem sendo feito sem descuido da assistência materno-infantil através de bancos de leite, apoio ao idoso e ajuda às pessoas carentes, o que mostra a firma opção da LBA, na gestão do Dr. Marcos Villaga, pelo resgate da dívida social para com os mais carentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de congratulações e aplausos a todos os Senhores Vereadores do Paraná pela passagem, nesta data, do Dia do Vereador.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência a todos os Senhores Vereadores do Estado do Paraná, por intermédio dos Senhores Presidentes de cada Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A ocorrência do Dia do Vereador, a 1º de outubro, assinala uma data a ser festejada por todos os que têm algum envolvi-

mento com a nobre atividade da Política.

Porque o Vereador é, na Democracia Representativa de nossos dias, o elo primeiro da transmissão da vontade popular, exercendo o mandato de base por delegação dos eleitores titulares da soberania. É ele que está junto às comunidades e que se faz porta-voz dos anseios, propósitos e demandas por soluções junto aos governantes do menor ao mais elevado escalão político.

O Legislativo Municipal constituído pelo conjunto de Vereadores é o órgão onde repercute a vontade soberana do povo; onde o Vereador luta pelos elevados interesses dos cidadãos.

Por isso, é de justiça ressaltar e assinalar o transcurso do Dia do Vereador, neste 1º de outubro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba, pela passagem do seu 25º aniversário. Associação esta, que tem atuado de maneira inestimável junto a grande quantidade de pessoas portadoras de deficiência, contribuindo de forma decisiva para torná-las cidadãs mais atuantes na nossa sociedade, proporcionando às mesmas possibilidades de uma vida mais digna.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de louvor pela programação ontem do início da Semana da Criança, com a corrida Rústica Infantil Aberta de Curitiba, no Centro Cívico, a qual vai culminar domingo que vem com uma grande festa na Avenida Marechal Deodoro.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa aos Profissionais de Educação Física do Departamento Especial de Recreação da Prefeitura Municipal de Curitiba, os quais, na sequência, supervisionaram as atividades recreativas ali desenvolvidas durante o restante do domingo.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de louvor à Associação dos Protetores

dos Animais, e a todos os que respeitam os animais, e que proíbem a violência contra essas indefesas criaturas que correm o risco do extermínio em algumas espécies diante da crueldade do homem -, em razão da passagem ontem, do Dia Universal de Proteção dos Animais.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à referida entidade.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, manifestando voto de repúdio ao Substitutivo Constitucional entregue pelo Relator Bernardo Cabral ao Presidente da Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, estabelecendo que os professores não serão mais contemplados com a aposentadoria aos 25 anos de serviço.

1. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães.

2. Relator Bernardo Cabral.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Cremos ser este "Substitutivo Constitucional" um ato de injustiça àqueles que conquistaram como um direito legítimo a aposentadoria aos 25 anos de serviços prestados em prol de seus semelhantes: ensinamentos, carinho, amor e dedicação integral ao bem do próximo, legando a todos notadamente aos Constituintes, o "dom e a luz do saber", e hoje, em troca, estes mesmos "Constituintes" tomam posição em prejuízo dos direitos desses benfeitores da humanidade.

Portanto, Senhores, não deixemos este ato ser consumado, levantemos as nossas vozes em defesa de uma classe abnegada que muito orgulha a todos nós, brasileiros, sejamos uma voz uníssina, enviando nosso voto de repúdio a tão injusta tomada de posição de nossos Constituintes, os quais receberam, através do voto popular, a nobre missão de bem servir, e não de fazer retroceder as conquistas daqueles que o fizeram com mérito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado Aposentadoria aos professores do Brasil, visto o autor pretender acabar com uma das conquistas históricas da classe.

Do aprovado, REQUER, ainda, que seja dado ciência à Associação dos Professores

do Paraná (Rua Voluntários da Pátria, 475, Ed. Asa, 14º andar, nesta Capital), e ao Presidente do Núcleo da APP de Umuarama, Professor Pedro Eloi Rech (Praça Santos Dumont, 3899).

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A década de 80 está marcada na história de lutas do Magistério de forma a ser descrita como a mais importante e significativa, pois, a mobilização, as greves e as conquistas obtiveram êxito em sua grande maioria. Ao escrever sobre os avanços políticos das classes trabalhadoras, que ainda estão evoluindo, não podemos desprezar ou mesmo esquecer a evolução, diria melhor, o despertar de consciência política que os professores do nosso País, em especial, do nosso Estado, têm demonstrado nestes últimos anos. É bem verdade que ainda é insuficiente para garantir a eles o verdadeiro e justo lugar que devam ocupar na sociedade brasileira. Uma destas conquistas foi a lei da aposentadoria especial que fixou em 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens.

O Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte Deputado Bernardo Cabral, por razões não aceitáveis, jogou no lixo toda a história destes movimentos, regrediu no tempo e desconsiderou as legítimas conquistas dos mestres, propondo 30 anos para as professoras e 35 anos para os professores.

Não só merece nosso repúdio, da classe política, que respeitamos e reconhecemos o valor daqueles que ensinam, como também, nos coloca a frente a uma indagação muito séria.

A quem o Senhor Bernardo Cabral e seu substitutivo quer atingir? O que e a quem o relator do PMDB quer provocar?

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM seja submetido à apreciação do Plenário o Relatório subscrito pelo Deputados Raul Lopes, Pedro Tonelli, Paulino Delazeri, Haroldo Ferreira, Paulo Furiatti e Nereu Massignan relacionado com os acontecimentos ocorridos em Foz do Iguaçu por ocasião da Greve dos Trabalhadores na Construção Civil envolvendo empreiteiras, Diretoria da Itaipu e tropas do Exército Nacional. Aprovado o relatório, requer-se o envio às autoridades nominadas no Relatório.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(aa) RAUL LOPES, PEDRO TONELLI,

PAULINO JOSÉ DELAZERI,

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA,

NEREU CARLOS MASSIGNAN e PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

O relatório visa completar a missão dos parlamentares que foram a Foz do Iguaçu. Nele está exposto o que os Deputados constataram e as conclusões.

RELATÓRIO DA VISITA DA COMISSÃO ESPECIAL
DA A.L.E. A FOZ DO IGUAÇU POR OCASIÃO
DA GREVE DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
NA USINA DE ITAIPU E DOS INCIDENTES
ENVOLVENDO O EXÉRCITO E A DIRETORIA
DA ITAIPU-BINACIONAL

I. A COMISSÃO PARLAMENTAR

1. Por iniciativa do Deputado Paulo Furiatti a A.L.E. aprovou requerimento de sua autoria, autorizando a formação de Comissão Especial Pluripartidária para ir a Foz do Iguaçu verificar os incidentes em que se envolveram as forças do Exército e os grevistas do setor da construção civil da Usina de Itaipu. Requerimento aprovado na sessão de terça-feira 29.09.87, imediatamente após foi composta a Comissão:

- a) Paulo Furiatti - PMDB
- b) Haroldo Ferreira - PMDB
- c) Paulino Delazeri - PMDB
- d) Raul Lopes - PMDB
- e) Pedro Tonelli - PT
- f) Nereu Carlos Massignan - PMDB.

2. A Comissão tentou deslocar-se no mesmo dia 29.09.87 às 20:00 horas. O tempo não permitiu. Ante o cancelamento do voo, somente no dia 30.09.87, às 14:30 chegou a Foz do Iguaçu. Lá formaram-se duas comissões: uma deslocou-se para a Câmara dos Vereadores para colher depoimentos. Composta pelos Deputados Paulo Furiatti, Pedro Tonelli e Nereu Massignan. Foram ouvidos 5 depoimentos. A outra foi fazer verificação nos locais da greve e manter contato com feridos e outras lideranças. Às 17:00 horas do mesmo dia, todos se encontraram no canteiro da Vila C, onde se realizaria mais uma assembléia.

II. REIVINDICAÇÕES ATUAIS
DELIBERAÇÃO DOS TRABALHADORES
HISTÓRICO DO MOVIMENTO

1. O setor da construção civil começou a negociar com as empreiteiras UNICON e ITAMON. Tal negociação estava amparada pelo Acordo Coletivo firmado em 1º de junho de 1987; e com base no item 39 no qual constata que "na mudança do modelo econômico do gatilho salarial as empresas prometem discutir o assunto".

Baseado nisso, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Foz do Iguaçu iniciou as negociações.

2. A reivindicação da categoria consistia no seguinte:

2.1. Pagamento do retroativo da ajuda habitacional a julho de 1987, pois deveria ser corrigida semestralmente.

2.2. Ajuda para todos os municípios, a exemplo do que faz a UNICON.

2.3. 40% de reposição das perdas salariais.

3. No desenrolar das negociações, o Sindicato fez várias propostas abrindo mão do campo econômico e estabilidade. A greve foi deflagrada no domingos à noite, depois que a última rodada de negociação não teve êxito, posto que por parte das empresas "já tinha no ar a ameaça de demissão e a intervenção do Exército". Na última tentativa de negociação, chegaram ao teto de 14,79% de antecipação das URP, de setembro a novembro, inclusive, mais a ajuda habitacional conforme o item 2.1 e 2.2 supra, mas a empresa ofereceu isto apenas a partir de 1º de setembro.

4. A Diretoria do Sindicato levou a proposta à Assembléia, porém "os ânimos estavam exaltados, principalmente por consequência da demissão que estava havendo na UNICON". Tal situação se justifica posto que "nos últimos dias houve em torno de 8 a 10 demissões por dia, somente aqueles que contam mais de um ano de emprego, as demissões de empregados, com menos de um ano não passam pelo Sindicato.

A greve foi deflagrada com a presença de 5 mil trabalhadores.

III ACONTECIMENTOS

1. Deflagrada a greve, por volta de meia noite do domingo dia 27.09.87 as tropas do Exército chegaram. Os operários haviam desconhecido para a via de acesso e ficaram em frente à via de acesso. Neste local, quando a tropa chegou e os "soldados empurando a golpes de bioneta e fazendo com que voltassem para a vila operária, nesse corre-corre... vários companheiros feridos, em número de 16 dos quais quatro socorridos no hospital, gravemente feridos com baionetas."

"O exército ocupou a área, houve evacuação dos grevistas e eles ficaram na via de acesso ao conjunto C. Logo em seguida o Exército formou uma barreira e pediu para manter uma distância de 10 a 15 metros entre a tropa e o pessoal".

A alegação do Exército foi a de que alguns grevistas jogaram pedras contra a tropa e apresentaram alguns oficiais feridos. Em seguida, e com muita rapidez a "tropa começou avançar contra a multidão e ao invés da tropa sair com a arma para cima colocaram a arma para a frente com baionetas, o tanque de guerra avançava em paralelo com cirene ligada e luz acesa e levando pela frente tudo o que encontrava... entraram em 4 ou 5 ruas da Vila".

2. A presença do Exército está na sua convocação pela Direção da Itaipu, conforme confessaram diretores da Itaipu. Alega-

ram que a PM seria insuficiente para controlar 8 mil grevistas. Informaram que se basearam no tratado da Itaipu Binacional para convocar o Exército. Reconheceram que tinham conhecimento do movimento (articulações) há 15 dias.

3. O argumento da Diretoria da Itaipu e dos empreiteiros é de que a presença do Exército era necessária para evitar a paralisação da geração e distribuição de energia.

Ora, tal justificativa não resiste à menor argumentação ante os fatos. Primeiro, porque a greve afetava o setor da construção civil, isto é, a parte responsável pela construção da obra.

O setor de produção e geração de energia pertence a outro Sindicato, são funcionários da Itaipu e não estavam em greve. O próprio presidente da Binacional. Gal. Ney Braga, na quarta-feira, dia 30.09.87, procurou interferir para chegar a um acordo entre grevistas e empreiteiras sob o argumento de que os funcionários encarregados da geração e distribuição ameaçavam entrar em greve; Isto evidencia melhor o falso argumento da necessidade da tropa.

4. A Comissão constatou também a presença da Polícia Militar do Estado do Paraná e constatou que não foi notada a presença da PM nas barreiras. O policiamento realizado era preventivo e motorizado. Não foi notado nenhum ato de violência.

IV. CONCLUSÕES

1. O movimento grevista desenvolveu-se pacificamente, com negociações prévias entre patrões e empregados, com conhecimento da Diretoria da Itaipu, e esta poderia ter conduzido melhor os fatos evitando a violência.

2. A convocação do Exército foi precipitada, inconsequente, e ocorreu antes mesmo da deflagração da greve, pois no dia em que foi decretada, domingo, 27-09.87., o Exército logo após interveio com violência, provocando ferimentos em 16 pessoas (violência física) além de violar o direito de greve, de ir e vir, afora a violência psíquica e moral (imposição do medo a trabalhadores, mulheres e crianças) nas vilas operárias.

3. O ato convocatório e a presença do Exército feriram os princípios constitucionais e a autonomia do Estado do Paraná.

4. É necessário a revisão urgente do acordo internacional que criou a Binacional para adequá-lo às realidades políticas atuais, posto que é fruto dos tempos autoritários, a ponto de servir com embasamento para convocar as Forças Armadas.

5. O Diretor Presidente da Itaipu Binacional, Senhor Ney Braga, é o responsá-

vel pelos graves acontecimentos ocorridos e por todas as violações de direitos que a convocação do Exército provocou.

6. Encaminhar cópia:

a) Ao Sr. Governador do Estado.

b) A A.L.E.

c) Aos Prefeitos e Vereadores da Micro Região do Oeste.

d) Aos Sindicatos de Foz do Iguaçu.

e) À Diretoria da Itaipu Binacional.

Três documentos do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, formulando apelo no sentido de que medidas urgentes sejam tomadas com vistas a solucionar os problemas que afligem os suinocultores do Paraná.

A COPAGRIL (Cooperativa Agrícola de Marechal Cândido Rondon), filiada à COTRIGUAÇU (Cooperativa Agrícola Regional do Iguaçu), enviou moção ao Senhor Presidente, datada de 14 de setembro próximo passado, cuja cópia segue em anexo, demonstrando a situação caótica em que se encontra a suinocultura no Estado encarecendo suas gestões no sentido de viabilizar soluções para a problemática em questão.

Neste sentido, alia-se o requerente aos suinocultores em suas justas reivindicações, por julgar que se medidas urgentes não forem adotadas, sem dúvida, abater-se-á, dentro em breve, a maior crise já vivenciada pelo setor, acarretando prejuízos incomensuráveis não só para os Estados produtores de suínos, como para toda Nação.

REQUER, ainda, que deste seja encaminhada cópia ao Senhor Governador do Estado, solicitando, também, seu indispensável apoio em prol dos suinocultores paranaenses.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Álvaro Fernandes Dias, propondo a criação da Universidade Estadual do Sudoeste, com sede na cidade de Pato Branco - PR.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A região Sudoeste do Estado compõe-se de 29 municípios, e tem sua sede administrativa na cidade de Pato Branco.

Com uma população de aproximadamente 9% de todo o contingente do Paraná, a Região se destaca economicamente pelo volume da sua produção agropecuária.

No campo educacional, lastimavelmente, governos anteriores não tiveram a preocupação de premiá-la nos mesmos índices da sua participação no concerto das riquezas que lhe transfere.

O Plano de Governo do atual titular do Executivo prevê a incrementação das realizações, justamente no setor educacional universitário, de cuja carência a Região ressentia-se nesta quadra, o que tende a exacerbar-se no futuro.

Na esteira do Plano de Governo idealizada a implantação da Universidade Estadual do Sudoeste seria o marco da reposição das riquezas que ela dá ao Estado, e a consecução de sonho sempre acalentado por toda a comunidade estudantil da Região.

A cidade de Pato Branco conta hoje com uma população de aproximadamente 80 mil habitantes, sendo na sua grande maioria composta por jovens. Jovens que saem para estudar e não mais retornam.

Além da população e da população jovem, justificamos nosso pedido baseados na estrutura daquele Município, que se constitui atualmente na sede administrativa, de fato, do Sudoeste Paranaense, citando para isso alguns exemplos:

- 11 entidades bancárias,
- Regional do Banco do Estado do Paraná S/A.
- 2 hospitais de porte,
- 6 emissoras de rádio,
- 3º Batalhão de Polícia Militar,
- Associação Comercial e Industrial,
- IAPAR,
- Regional da OAB,
- União das Microempresas do Sudoeste,
- Núcleo Regional da Secretaria de Agricultura,
- Núcleo Regional da ACARPA,
- Escritório Regional da SANEPAR,
- Escritório Regional da COPEL,
- Escritório da CAFÉ DO PARANÁ,
- Delegacia da Fazenda Estadual,
- 5ª Circunscrição de Trânsito,
- DER - 12.º distrito,
- ITCF
- Associação dos Suinocultores de Pato Branco,
- IBDF,
- 7º Distrito Sanitário,
- 5ª Subdivisão Policial,
- TELEPAR,
- EMOPAR, Escritório Regional,
- Núcleo da Secretaria da Indústria e Comércio,
- SUREHMA,

- Escritório da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos,
- Agência do IBGE,
- Agência da Receita Federal,
- COPASA,
- Núcleo Estadual de Ensino,
- FUNESP - Fundação de Ensino Superior de Pato Branco,
- 5 Cursos de Nível Superior,
- Conselho de Regional de Odontologia,
- SENAC,
- SENAI,
- SESI,
- SESC,
- Polícia Rodoviária,
- Corpo de Bombeiros,
- Jornais Locais - Correio de Notícias
- Suplemento do Sudoeste - Correio do Paraná - Gazeta do Sudoeste,
- Colégios de 2º Grau - 5 estabelecimentos.

O Sudoeste, pela arrecadação que traz ao Estado faz jus à sua universidade, e Pato Branco, pela sua estrutura, pelos órgãos estaduais e federais já citados, que abriga, é merecedora de sediar tal escola superior.

Portanto, Senhores Deputados, contando com o seu apoio e também com o trabalho incansável e eficaz do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Álvaro Dias, temos certeza que veremos o ideal concretizado.

Vamos dar condições aos jovens de Pato Branco e da Região de permanecer no local, vamos evitar em parte o êxodo das pequenas cidades para as grandes metrópoles, vamos evitar o difícil retorno do jovem à sua comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Fazenda e Agricultura, solicitando agilização na liberação dos recursos necessários e suficientes aos agentes financeiros para garantir ao agricultor a possibilidade de plantio da safra de verão no momento certo, evitando, desta forma, a baixa produtividade, o que viria aumentar ainda mais os prejuízos dessa classe que vem enfrentando sérias dificuldades.

REQUER, outrossim, se dê ciência da decisão da Casa à OCEPAR, através de seu digno presidente, Wilson Thiesen.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Doutor Bresser Pereira, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Doutor Íris Resende Machado e ao Ilustríssimo Senhor Chefe da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, Doutor Sebastião Rodrigues, no sentido de se dar ao setor agropecuário preços mínimos baseados nos custos reais de produção.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Em reunião realizada, a comissão de agropecuária da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP, juntamente com lideranças do setor agrícola, concluíram que os preços mínimos, fixados pelo Governo Federal para a Safra 87/88, estão muito aquém dos preços reais de produção e que apresentam uma defasagem em torno de 20%.

Acreditamos, ou melhor, temos certeza, de que no regime capitalista o incentivo ao produtor são os lucros auferidos com suor de seu trabalho.

A sobrevida do homem do campo, em todos os setores da produção, baseia-se única e exclusivamente naquilo que auferir e, sem dúvida, se tivermos preços mínimos baseados nos custos reais da produção, teremos um maior incentivo e é claro aumentaremos a produtividade agropecuária.

O homem do campo, Senhores Deputados, nada pede além de justiça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Doutor Almir Pazzianotto, no sentido de aumentar o número de fiscais do Ministério do Trabalho na região de Pato Branco/Francisco Beltrão - Paraná, bem como dar àqueles funcionários condições viáveis para o exercício da função.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Nenhuma justificativa que pudéssemos apresentar demonstraria melhor a difícil situação existente nos Municípios e na Região acima, que o próprio documento recebido e que traz, no seu final, as assinaturas de presidentes de sindicatos da região.

Anexando o mencionado documento, solicitamos a especial atenção da autoridade nominada, que sensibilizada, deverá resolver o problema, sem o uso de medidas paliativas ou mesmo medidas que venham pro-

telar as soluções.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado, e ao professor Jorge Bounassar, Reitor da Universidade Estadual de Londrina, solicitando a agilização de medidas que levam ao efetivo funcionamento da Unidade Mista dos Cinco Conjuntos Habitacionais da Região Norte de Londrina.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A entrada em funcionamento da Unidade Mista dos Cinco Conjuntos Habitacionais da Região Norte de Londrina é uma justa reivindicação da população londrinense, principalmente dos moradores das zonas periféricas da Cidade, e já expressa, em diversas oportunidades pela Federação das Associações de Moradores de Londrina.

Acreditamos que, com a entrada em funcionamento daquela unidade hospitalar, serão diminuídas, em grande parte, as incontáveis dificuldades que ora se apresentam aos moradores dos Cinco Conjuntos Habitacionais no que diz respeito à sua saúde.

Acreditamos, ainda, que o gerenciamento da unidade deve ser entregue à Universidade Estadual de Londrina que, de há muito, vem demonstrando sua competência no setor, através do Hospital Universitário, que é hoje um centro de referência para toda a Região Norte do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e com base no inciso VIII, do art. 16, da Constituição Estadual, a sua designação e licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural, no período compreendido entre os dias 13 a 30 de outubro de 1987, a convite, como representante do Legislativo do Paraná, no IV. Encuentro Feminista Latinoamericano Y Del Caribe, que se realizará no México.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido prende-se ao fato de convite recebido para participar, como representante do Legislativo do Paraná, no IV Encuentro Feminista latinoamericano Y Del Caribe, que se realizará no México.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Delcino Tavares, digníssimo Superintendente do INAMPS, no sentido de que sejam melhorados substancialmente os serviços médico-hospitalares deste Instituto, visto haver reclamações diárias a respeito.

Do aprovado, REQUER, ainda, que seja enviado ao Senhor Frank Sakai, (Av. Apucarana, 3923 - CEP 87.500 - Umuarama - PR), e ao Ilustre Vereador Sebastião Calixto Barbosa, líder do PFL em Umuarama.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

Além das constantes reclamações pelos usuários do atendimento pelo INAMPS em Umuarama, os próprios médicos não estão satisfeitos com a forma de contrato e organização deste órgão, isto a nível federal, não sendo de responsabilidade da competência comprovada dos funcionários do Instituto e nem da Administração local. A revolta tem sido quanto aos poucos números de consultas, situação que ficou agravada pela recente determinação de Brasília ao reduzir ainda mais as cotas de atendimentos.

Pagando mal aos funcionários, médicos e hospitais; atendendo mal o usuário, mas arrecadando compulsoriamente fortunas, o INAMPS é um monstro que engole o trabalhador e se compromete em grandes escândalos nacionais. (Anexo baixo-assinado de moradores de Umuarama e usuários do INAMPS, contendo mais de 150 assinaturas).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja formulado apelo ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de viabilizar a construção de Delegacia de Polícia na sede do Município de São Sebastião da Amoreira - PR.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da ACARPA, solicitando informações da viabilidade econômica do fomento à plantação de cítricos nos municípios do Sudoeste abaixo descritos.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios sudoestinos, de Pato Branco, Clevelândia, Palmas, Mariópolis, Verê, Vitorino, São Jorge D'Oeste, São João, Mangueirinha, Itapejara D'Oeste, Coronel Vivida, Quedas do Iguaçu e Chopinzinho apresentam clima e solos propícios à cultura de cítricos.

Sua produção, em pequena escala, dá uma visão da qualidade das suas safras, o que os credencia sobremaneira para que pleiteemos estudos para que se fomentem essas culturas, mormente quando se prevê, a curto prazo, a implantação de indústrias de sucos.

Tal proposta, se viável economicamente, abrirá, sem sombra de dúvida uma nova fonte de arrecadação, promovendo, consequentemente, o progresso e aproveitamento de mão-de-obra ociosa, gerando empregos e minimizando as dificuldades dos operários da terra.

Pelo exposto, encarecemos a aprovação dos nobres Pares, e que do presente se dê ciência aos Senhores Prefeitos Municipais e Presidentes das Câmaras Municipais desses Municípios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a realização de estudos visando a melhoria salarial para o pessoal da Polícia Rodoviária Estadual, tendo em vista a grande defasagem existente com relação ao pessoal de outros Estados.

1. Governador Álvaro Dias.

2. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Senhor Rubens Bueno.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após a manifestação dos Deputados que integram todas as bancadas com assento nesta Casa de Leis, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Paulo Brossard, pedindo sua interveniência para que sejam libertados os ex-membros do Partido dos Trabalhadores, que se encontram presos em Salvador, acusados de tentarem assaltar o Banco do Brasil.

A tentativa ocorreu há mais de 1 ano e meio atrás, e, segundo os detidos, todos ainda no calor da mocidade, pretendiam arrecadar recursos para atividades de ordem político-partidária.

Como o Brasil respira o ar de uma de-

mocracia que o governo da Nova República está consolidando, julgamos desnecessária a manutenção em cárcere, por tanto tempo, de jovens que mal deram os primeiros passos na vida para a conquista de um espaço profissional. Melhor que o duro castigo a eles imposto seria o perdão.

E daí o Poder Legislativo recorrer ao Senhor Ministro da Justiça para que tais presos sejam colocados imediatamente em liberdade, acabando com a dor e o sofrimento, não só deles, mas principalmente de seus familiares.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Presidente do BADEP, Doutor Celso Sabóia, com o seguinte Pedido de Informações:

1 - O Município de Londrina, através da administração direta ou da administração indireta, a partir de 1º de fevereiro de 1983 e até a presente data, efetuou algum pagamento ao BADEP para efeito de amortização ou pagamento de juros de sua dívida contraída com essa instituição?

2 - Em caso afirmativo, qual o montante pago, com valores convertidos em dólares?

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Presidente do BANESTADO, João Carlos Finardi, solicitando sua gentileza de informar a esta Casa qual o número de vagas abertas para o próximo concurso do Banco, qual o número de estagiários no BANESTADO, seus nomes e respectivas agências de lotação e quantos pontos serão computados para cada estagiário no mesmo concurso, se é que isto ocorrerá. E quantos candidatos se inscreveram para o concurso dessa tradicional instituição financeira.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 255/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei n. 7961 de 21 de novembro de 1984 passa a ter a

seguinte redação:

"Art. 2º - Poderão ser votados os professores ou especialistas em exercício no estabelecimento de ensino, pertencentes ao Quadro próprio do Magistério, ao Quadro único do Poder Executivo e os Professores Celetistas que, na data da eleição, contem com mais de cinco (05) anos de contratação, tendo exercido o magistério, no estabelecimento em que é candidato, por tempo superior a três (03) anos consecutivos.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

A presente Lei virá a conceder aos professores e professoras celetistas, com tempo de contratação superior a cinco anos, os quais hoje são discriminados, o direito de serem votados em igualdade de condições para cargos de Direção das Escolas da Rede Estadual de Ensino.

Note-se que, atualmente, existe um grande número de professores celetistas, sendo que pode ocorrer o fato de que em algumas escolas, o número destes seja até maior do que o número de estatutários.

Quanto ao fator capacidade administrativa, tal discriminação não se justifica, tendo-se em vista que, para os concursos públicos para professores de 1. a 4. série do 1º grau, são exigidos os mesmos requisitos que para as contratações celetistas, tendo estes a mesma estabilidade funcional que aqueles.

PROJETO DE LEI N. 256/87

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a vaga de Capelão Policial Militar Evangélico na Polícia Militar do Paraná.

Art. 2º - A Polícia Militar do Paraná regulamentará o concurso de provimento de vaga, bem como fará o devido recrutamento e seleção.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o número de Evangélicos na Polícia Militar do Paraná atinge a casa de aproximadamente 60% do efetivo.

Tal criação já foi ensejada pelo Comando Geral da Corporação em 1984, mostrando, assim, que de há muito, a Polícia Militar clama pela existência de um Capelão Evangélico nas suas fileiras.

PROJETO DE LEI N. 257/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação João Bosco, com sede e foro em Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação João Bosco, é uma sociedade civil, com a finalidade beneficente, educacional, cultural, com fins filantrópicos, atuando gratuitamente moral e materialmente aos necessitados em geral, visando a integração do ser humano através de sua participação na organização e melhoria da sociedade especialmente para juventude tais como: dinâmica de grupo, ética social e cívica.

Assim sendo, é justo que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 258/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada de Estrada Manoel Mendes de Camargo, no município de Campo Mourão - PR. a atual "Estrada do Boiadeiro".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

Cabe a comunidade consciente perpetuar com homenagens dignas àqueles que com espírito público se dedicaram às suas causas.

Para tanto, vimos através deste prestar as justas homenagens ao desbravador, Manoel Mendes de Camargo, que com seu espírito público e tenacidade assumiu após fracassos de empreiteiros anteriores, a construção da estrada, hoje denominada de "Estrada do Boiadeiro", a qual proporcionou o processo econômico e social para os Campos Gerais, para que se denomine Estrada Manoel Mendes de Camargo, o que viria assim coroar e eternizar este homem público, que não mediu esforços e sacrifícios para com sua comunidade, bem como o reconhecimento pela dedicação e competência na direção dos cargos públicos que exerceu.

Assim sendo, é justo que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de

Leis.

PROJETO DE LEI N. 259/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo Espírita Solidariedade, com sede em Curitiba, capital do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Espírita Solidariedade foi fundado em 10 de Março de 1.983, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter religioso, tendo por fins o estudo, a prática e a divulgação do Espiritismo codificado por Allan Kardec e a prática da filantropia em geral.

PROJETO DE LEI N. 260/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Igreja Metodista Wesleyana, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação e Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro, tem como objetivo geral desenvolver atividades que concorram para o atendimento simultâneo da criança, dentro do conceito familiar, na área que interfira nos interesses assistenciais à educação, saúde, nutrição e saneamento extensivo aos adolescentes, adultos e idosos.

PROJETO DE LEI N. 261/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ANPARA-Associação Norte Paranaense de Radioamadores", com sede e foro na Cidade de Londrina-Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.87

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretende seja declarada de Utilidade Pública, reúne, em seu bojo estatutário, os objetivos a que se propõe sejam cumpridos. Trata-se, extreme de dúvidas, d'uma prestadora de ser-

viços técnicos, na orientação e ensinamento daqueles radioamadores que compõem seu corpo associativo. Além das informações e divulgações do avanço da tecnologia radioamadorista, a Associação desenvolve, ainda, relevantes atividades de cunho social, através de campanhas filantrópicas, instalações de repetidoras nas faixas de frequência que lhe são reservadas pela legislação específica e, sobretudo, na cooperação com as autoridades públicas, na área social. Por essa razão, convoco todos os Pares desta Casa de Leis para que deem seu apoio para sua respectiva aprovação.

PROJETO DE LEI N. 262/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a pagar as taxas de energia elétrica, água e esgotos cabíveis a todos os estabelecimentos de ensino público estaduais e municipais do Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A medida aqui defendida tem cunho fundamentalmente social, são do conhecimento geral das dificuldades pelas quais passa o nosso Ensino Público, que vão desde problemas de ordem material e financeira até dificuldades que refletem na qualidade de ensino, que fica aquém do desejado.

Não bastasse a enorme problemática que têm os estabelecimentos de Ensino Público Estaduais e Municipais, são eles obrigados, ainda, ao pagamento de taxas de energia elétrica, água e esgotos cujos encargos na maioria são solucionados precariamente pelas Associações de Pais e Mestres ou diretamente pela comunidade com transtornos e sacrifícios inclusive para famílias de baixa renda.

O presente Projeto de Lei visa justamente fazer com que o Estado pelo menos auxilie estes estabelecimentos de educação com isenção do pagamento destas tarifas, que são de extrema necessidade para o pleno e ideal funcionamento destes.

A educação é elemento básico formador de uma Nação e de um povo. E sendo o Estado do Paraná uma parcela da realidade desta afirmativa, somos favoráveis a toda atitude em prol da defesa de nossa gente.

E assim sendo, vemos o alto caráter social que embasa o referido Projeto, pelo que, esperamos o apoio necessário dos nobres Pares da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Lida

e aprovada a Ata.

Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI- Senhor Presidente, Senhores Secretários, e Senhores Deputados. Estive fazendo uma análise e cheguei, não sei se um pouco tarde demais, acredito que sim, à conclusão de que o Governo Federal precisa rever com determinada urgência a política salarial do País, priorizando Senhores Deputados, meios para reduzir a miséria nacional e eliminar de vez o vergonhoso salário-mínimo, inferior a 40 dólares.

Faço esta advertência na tribuna desta Casa, após visitar várias cidades do interior do meu Estado, e constatar as enormes dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores de baixa renda, que vivem em verdadeiro estado de penúria no Norte do Paraná, minha terra e a dos Deputados Antônio Belinati, Homero Oguido, Nilton Barbosa, José Afonso Júnior e de outros ilustres Deputados desta Casa, como Nelson Vasconcellos, até mesmo a terra do meu querido Deputado Paulo Furiatti.

Acho eu, Srs. Deputados que a insensibilidade do Governo Federal nesse setor, vai provocar, em futuro bem próximo, problemas sociais imensuráveis, porque a atual política salarial é inadequada e está a cada dia, diminuindo, Srs. Deputados, o já minguado poder de compra da classe, da classe pobre da classe laboral. Considero burrice, Srs. Deputados, tentar controlar a inflação brasileira a custa do crescimento da fome nacional e da penalização da família pobre do meu Estado e da Nação brasileira, enquanto outros setores estão ampliando as suas fortunas com a utilização imoral da mais barata mão-de-obra.

Considero neste exato momento este meu alerta e faço uma sugestão Senhor Presidente, Antônio Annibelli, Senhor 1º Secretário, Anibal Khury, Senhor 2º Secretário, Deputado Cândido Bastos, Senhores Parlamentares do PDT, do Partido da Frente Liberal, do PTB, do PL e do meu Partido e também do PT, do Deputado Pedro Tonelli.

Sugiro às autoridades do governo que façam uma experiência, pelo menos de 15 dias, vivendo como um trabalhador que ganha um salário-mínimo ou seja, Cz\$ 2 mil e 600 cruzados.

Só assim acredito eu, Senhores Deputados, a Administração do Palácio do Planalto irá sentir na realidade o quanto é difícil e doloroso passar um mês debaixo da miséria, sem ter o que comer.

Isto, não se trata de uma sugestão de-

magógica não, Senhores Deputados, ocorre que a maioria dos Governantes encontra-se distante dos problemas e não enxerga as agruras do povo brasileiro!

Para finalizar digo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que os trabalhadores do meu País são heróis, e que têm mesmo, muita resistência, pois na condição em que vivem já deveriam ter perecido por inanição. Na minha opinião, esse vexatório desprezo às classes pobres vai custar caro a Nação e aos próprios governantes de hoje, que dão importância para projetos faraônicos, esquecendo-se, Senhores Deputados, do homem, da mulher e da criança, que representa a frutificação de uma Nação forte, de uma Nação grande!

Que este seja um grito de alerta a toda a classe política da Nação brasileira!

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

"A cidade de Cascavel teve a honra de sediar, nesse final de semana, a quadragésima terceira reunião plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná e a vigésima nona Plenária da Coordenadoria das Associações Comerciais do Oeste- CA-CIOPAR.

A par das discussões dos problemas comuns enfrentados pela classe, mereceu destaque a conjuntura do desenvolvimento regional, mais acentuadamente, a ferrovia da produção, a Universidade do Oeste e, por fim, a construção da ponte Guaíra/Pr - Novo Mundo/MS, elementos básicos do programa de Desenvolvimento Integrado do Oeste, que as lideranças comunitárias vêm apregoando, e que o empresariado, com elevado espírito de maturidade e alargado processo de conscientização, preconizaram, como forma cabal, para a consecução do desenvolvimento econômico e social do Oeste do Paraná.

Com ênfase, o plenário discutiu a construção da ponte que, na concepção empresarial, viabilizará que a produção agrícola do Centro-Oeste do País, servindo-se da infra-estrutura viária do Paraná, seja exportada pelo Porto de Paranaguá, incrementando as possibilidades, ainda, de se instalarem indústrias de transformação de partes dessa produção.

O projeto é significativo e deve merecer, como a Ferrovia da Produção e a Universidade do Oeste vêm merecendo, a maior atenção do Governo do Estado, no intuito, o mais breve que possa acontecer, de tor-

nar definitivo o desenvolvimento econômico e social de todos os paranaenses do Oeste. Firmamo-nos na segurança de que o Senhor Governador, sempre tão identificado com os anseios que marcam o desenvolvimento do nosso Estado, está atento e sabe, como sabemos, que a economia do povo do Oeste, recompensará, à altura, todo o investimento público que lhe for carregado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Queremos registrar nesta Casa de Leis a presença do ilustre Vereador Euclides Zago, da Cidade de Maringá, que hoje vem nos visitar. Obrigado Vereador, nosso grande companheiro da "cidade canção", hoje aqui presente na Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Hoje estamos usando a tribuna para comunicar aos nobres Deputados que, por circunstâncias da vida política, nós ingressamos a partir de ontem no Partido Trabalhista Brasileiro. Por uma questão de convite até do meu velho pai, um petebista de mais de quarenta anos, que na minha cidade natal de Pongai, no Estado de São Paulo, há 42 anos meu velho, Tiago, ao lado de um gênio chamado Getúlio Vargas, fundava naquela pequena cidadezinha do interior paulista, então, o PTB. E agora, a convite do meu velho, que até hoje ainda pertence a essa sigla, e também a convite do Governador Álvaro Dias, nós ingressamos no dia de ontem ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Quero agradecer a recepção que tive no meu ex-Partido, o PDT, pelo qual fui eleito Deputado Estadual, no qual encontrar, nesta Casa, uma bancada de homens puros. Vivi durante todo esse tempo ao lado dos Deputados Algaci Túlio, Valderi Mendes Vilela, Rafael Greca e do nosso Líder Antônio Belinati. Foram dias e meses felizes numa Bancada onde tivemos bons entendimentos, constituída de homens justos, que sabem representar os votos que tiveram, aqui, nesta Casa. Portanto Algaci Túlio, Valderi Mendes Vilela, Rafael Greca, portanto, meu querido Deputado Antônio Belinati, deixei o PDT, mas desejo que vocês sejam felizes, que tenham muito êxito e que o PDT tenha sucesso, porque vocês merecem.

Como já disse, por uma circunstância política, por um convite de uma pessoa de mais de quarenta anos no PTB, e a convite do Governador Álvaro Dias, acho que o PTB tem a minha filosofia de trabalho.

E hoje, já no PTB, ao lado de Lindolfo

Júnior, do Presidente Luiz Antônio Setti e do Líder Erondy Silvério, nós entramos para somar e para trabalhar, porque o PTB é o Partido do trabalhador brasileiro. E nós que, sempre estivemos ao lado do trabalhador, creio que encontramos aí a nossa filosofia de trabalho. Como, acompanhando agora o pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, nós iremos cobrar da área federal, porque eu ingressando no PTB, não tenho compromisso nenhum com o PMDB, mas sim com o Governador Álvaro Dias, que me fez o convite; mas na área federal nós iremos exigir, como vi agora o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, cobrar, quando as nossas autoridades econômicas, ao subir o petróleo, 8%, aumentam o salário do trabalhador em 4%. Agora, já se fala numa nova alta de combustível, e o salário do trabalhador sobe apenas 10%. Fricou bem o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, se nós Deputados levássemos um mês como leva um coitado de um trabalhador que ganha Cz\$ 2 mil e 600 cruzados por mês. Ainda outro dia, vi pela televisão, está sobrando leite no País e no Paraná sobra leite à vontade, no Estado de São Paulo, a carne, está sobrando. Por que? Porque o brasileiro não pode mais, a classe pobre e trabalhista, Senhores Deputados, o assalariado, não pode mais comprar leite para as crianças, das quais a cada mil que nascem, até os cinco anos morrem 490 de fome. Esse índice, vai aumentar porque ninguém bebe mais leite, come mais carne, não está se alimentando adequadamente, pois é uma Nação de fome, pobre. Faltam homens lá em cima para administrar este nosso País tão rico e infelizmente muito mal administrado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, gostaríamos de dizer ao companheiro José Alves, amigo de tantas lutas na Câmara Municipal de Maringá, que é uma honra muito grande, tê-lo conosco, somando ao lado do novo trabalho.

Concordo com tudo que Vossa Excelência explanou na tribuna desta Casa. Gostaria de, neste momento, Senhor Presidente, enaltecer e homenagear o homem neste nosso pronunciamento; gostaríamos também de estender a nossa homenagem, ao Líder da nossa Bancada, Erondy Silvério, aos integrantes da Bancada do PTB e vereadores pelo seu dia 1º de outubro.

E no dia 1º de outubro, nos reuníamos,

Senhores Deputados, com inúmeros vereadores da nossa região, naquela oportunidade, aquele homem que dia a dia, no contato em todas as esquinas, nos bairros, nas favelas, conversando e tentando até esclarecer tudo aquilo que acontece em Brasília. Vereadores do PDS, Vereadores do PMDB, Vereadores de outras siglas partidárias, mas que irmanados entendem que este, sim, é o momento decisivo para o nosso País.

Vereadores como Euclides Zago e Alexandre da Silva, da minha cidade, que aqui estão e que foram convidados pelo companheiro de bancada José Alves, para que venham conosco somar as propostas de neotrabalhismo, para que possamos juntos tremular a bandeira do trabalho sempre colocado acima do capital. A nossa homenagem, portanto, Senhor presidente, a todos os Vereadores do Estado do Paraná, que através de suas reivindicações nos subsidiavam todos os dias, em todas as sessões, para que possamos apresentar proposições de interesse do Estado do Paraná. E eu citaria uma delas, aprovada inclusive pelo nosso querido e amigo Vereador Euclides Zago, na sessão do dia 22 último, onde ele pede para que esta Casa, para que esta Assembleia Legislativa, olhe com carinho, solicitando a realização de estudos visando a melhoria salarial do pessoal da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná.

Um outro, que pede o repúdio desta Casa aos Constituintes que estão em Brasília, porque na verdade, esses homens, não diria todos Senhor Presidente, mas alguns deles estão na calada da noite, nos seus gabinetes e nos ministérios, negociando a dignidade do povo brasileiro, principalmente dos mais humildes.

Gostaria de enaltecer, Senhores Deputados, o trabalho da Mesa Executiva desta Casa, que num gesto humanitário, enquanto o Governo dá um abono de Cz\$ 250,00, todos os celetistas da Assembleia Legislativa receberão um abono de Cz\$ 2 mil cruzados. Pode não ser um grande salário, pode até ser ainda uma miséria, mas estamos tentando, na medida do possível, de acordo com o nosso orçamento, valorizar, principalmente, o servidor de base da Assembleia Legislativa do Paraná.

Os parabéns ao Deputado Antônio Annibelli, à sensibilidade do Deputado Anibal Khury, ao Vice-Presidente Ferrari Júnior, ao Vice-Presidente Eduardo Baggio, à 3ª Secretária Vera Agibert ao 4º Secretário José Alves e a todos os Senhores que apoiaram esta iniciativa, que é uma antiga reivindicação, principalmente dos servidores de base desta Casa.

Parabéns à Assembleia e parabéns aos funcionários com menor poder aquisitivo e menor salário que passam a receber agora um aumento e um abono de Cz\$ 2 mil cruza-

dos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado José Rogério Carvalho, seguinte orador inscrito.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Em setembro de 1907, reuniam-se em Haia, os países preocupados com a PAZ MUNDIAL. E lá se encontrava o brasileiro Rui Barbosa, considerado uma das 7 maiores inteligências da conferência e, que por seus discursos em prol da tão desejada PAZ entre os povos, recebeu o Título de Águia de Haia.

Em novembro próximo, representantes de 60 países estarão reunidos em Amsterdam-Holanda, oportunidade em que a organização promotora do evento, Câmara Júnior Internacional, realiza o Concurso Mundial de Oratória. Concurso este que visa reconhecer e valorizar os "Juniões" que se destacam nesta área.

E para nós paranaenses, é de alto orgulho o fato de que o representante da América Latina, será o pato-branquense OSMAR RUBENS CAMARGO.

Sua representação foi conseguida após conquistar o primeiro lugar nos concursos paranaense, brasileiro e latino-americano, este em mar del Plata, Argentina.

É, sem dúvida, mais um expoente, "BICHO DO PARANÁ", que pode representar as cores do nosso País no exterior. Para que efetivamente isso ocorra, necessário se faz que sua ida seja patrocinada.

Acreditamos, companheiros Deputados, ser esta mais uma oportunidade para que possamos demonstrar nosso incentivo à cultura, buscando recursos financeiros para custear as despesas decorrentes desta representação. É o nosso Paraná que estará sendo representante da América Latina. É a representação da nossa cultura que merece apoio.

E para finalizar, Senhores Deputados, queremos lembrar que também é pela oratória executada na Tribuna desta Casa que manifestamos nossa representação da vontade popular. É pela oratória apresentada nesta tribuna que defendemos os interesses da população do Paraná.

É com a oratória que o paranaense OSMAR RUBENS CAMARGO, "Bicho do Paraná", merece disputar o título mundial JCI, em Amsterdam, na Holanda. (Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Consulto o Senhor Deputado José Rogério de Carvalho se fará

uso do seu tempo no Grande Expediente.

(Declina).

Havendo declinado, consulto o Deputado Algaci Túlio.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio. Antes, porém, esta Presidência registra com satisfação a presença, em nosso plenário, dos vereadores de Piraquara Senhores Reimar Trappe e Ouriles Alves Faria.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Companheiros Vereadores de Piraquara.

Nós demos entrada nesta Casa, na semana passada, a um projeto de lei que tem por objetivo criar o Conselho Deliberativo e Fiscal junto ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Estado do Paraná, o IPE, escutando a opinião de servidores que se ressentiam pelo fato do Instituto dos Funcionários do Estado não poder contar em sua direção com um funcionário; escutando as críticas de muitos a várias administrações do IPE, administrações que mais erraram do que acertaram, lamentavelmente. E exatamente pela falta de experiência, pela falta de convivência com o servidor público e também porque já era pensamento nosso de que nada melhor para administrar o Instituto Previdenciário do Funcionalismo Estadual, do que um de seus integrantes, ou seja, um funcionário.

Assim foi que, junto à nossa assessoria, montamos um projeto visando criar condições efetivas dos próprios funcionários administrarem seu Instituto. Já estávamos com o projeto pronto quando, coincidentemente, o Governador Álvaro Dias escolheu um funcionário público para comandar o IPE. E aqui vão ao Governador os nossos cumprimentos pelo acerto da escolha, porque de longa data conhecemos o Doutor Luiz Chemin Guimarães, que foi inclusive Diretor da Polícia Civil do Estado do Paraná. Conhecemos o Doutor Chemin desde a época em que foi Diretor da Penitenciária Central do Estado, quando inclusive sofreu na pele a violência dos presidiários, quando foi seqüestrado, em anos passados.

Senhores Deputados, com muita coragem e sangue frio, o Doutor Luiz Chemin Guimarães, conseguiu se salvar daquela, passando depois a desempenhar um bom trabalho como Diretor da Polícia Civil, sendo um homem respeitado, um homem de conduta honesta e exemplar. A sua escolha, através de sua trajetória profissional responsável, competente e leal ao seu ideal, quer como Chefe da Polícia Civil do Estado, quer como Promotor, como Procurador da Justiça, o Doutor Luiz Chemin Guimarães recebe todo o nosso apoio. E foi com satisfação que soubemos de sua indicação como Superintendente do IPE e a este propo-

sito, inclusive, já encaminhamos a ele uma Proposição de Congratulações pela sua escolha.

Mas, dizia no começo, que encaminhamos um Projeto de Lei visando justamente criar condições para que o Superintendente do IPE seja escolhido entre os funcionários estaduais, contribuintes do IPE. E a justificativa ao nosso projeto baseia-se na seguinte condição:

"O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná", o IPE, criado pela Lei nº 4339, de 28 de fevereiro de 1961, é uma autarquia estadual dotada de personalidade jurídica própria, que tem por objetivo a prestação de serviços de assistência médica e hospitalar, assim como previdenciários, à comunidade dos funcionários públicos estaduais que, pela própria condição de estatutários, não têm acesso ao Sistema Nacional de Previdência Social.

O IPE é praticamente mantido em atividade operacional pelos recursos provenientes dos descontos mensais sobre a folha de pagamento dos funcionários públicos estaduais, dos serventuários do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, entre outros.

Não obstante, os contribuintes obrigatórios assim definidos, os mantenedores do IPE, pelo Artigo 3º do Decreto nº 14.585, de 30 de março de 1964, não recebem devidamente os serviços de assistência previdenciária a que têm direito. Para tanto, contribuem decisivamente os desmandos que têm imperado na administração da autarquia e que motivaram recentemente a instauração de sindicância administrativa para apuração de denúncias.

Em outras gestões, também o IPE volta e meia, se viu envolvido até em escândalos e a imprensa tem sempre noticiado estes fatos, como também o IPE tem contribuído à indicação política de Superintendentes que nada têm a ver com autarquia, fugindo à regra nesta semana passada, como já disse, quando assumiu o IPE um servidor público estadual.

De outra parte Senhores Deputados, é de domínio público que o Tesouro do Estado há vários anos, pelo menos nas últimas gestões governamentais, não passa para o IPE a contribuição mensal obrigatória sobre o quantum na retribuição dos seus servidores inscritos obrigatórios ou facultativamente no regime de pensão, conforme artigo 10 do Decreto nº 14.585/64, além de reter por meses seguidos, os repasses devidos por esta autarquia. E por que?

Porque a superintendência e as diretorias do IPE não têm legitimidade para exigir o cumprimento da lei pois são da escolha e nomeação exclusiva do Governador e a ele devem então obediência. É justo e

correto que os Servidores Públicos Estaduais, que hoje são os únicos mantenedores e a razão de ser autarquia como são os que sofrem os desmandos e a incompetência de dirigentes que nada têm a haver com os destinos da entidade previdenciária estadual, possam através dos seus representantes de classe indicarem os administradores do IPE, que serão escolhidos dentro dos próprios servidores e contribuintes do Instituto de Previdência do Estado. Ao indicarem diretores dentre os seus pares, os contribuintes do IPE estarão zelando pelo seu patrimônio ao indicarem estes com os objetivos do Instituto e terão, assim, responsabilidade direta a título de competência pelo sucesso ou insucesso face às atividades gerenciais desenvolvidas pela autarquia.

Assim sendo, em razão do exposto, o presente projeto de lei tem a finalidade de pôr fim aos desmandos e à incompetência na administração do IPE e de fazer justiça aos seus contribuintes segurados, dando oportunidade para que os servidores estaduais do Paraná sejam co-responsáveis pela gestão democrática do seu Instituto, o Instituto de Previdência e Assistência do Estado- IPE.

Este é o projeto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao qual eu dei entrada na semana passada nesta Casa. Fica criado junto ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Estado- IPE, o Conselho Deliberativo e Fiscal composto de 7 membros e que no seu artigo 2º, diz: (Lê):

"O Conselho Deliberativo e Fiscal será composto por um representante das seguintes entidades:

- a) Associação dos Servidores Públicos do Paraná;
- b) Associação dos Magistrados do Paraná;
- c) Associação dos Procuradores do Paraná;
- d) Associação dos Professores do Paraná;
- e) Associação dos Servidores Públicos Estatutários da Assembléia Legislativa do Paraná;
- f) Polícia Militar do Estado do Paraná, e
- g) Polícia Civil do Estado do Paraná.

Art. 3º - Compete ao C.D.F., entre outras atribuições regulamentares, indicar, através de lista tríplice, o Superintendente do I.P.E., para nomeação por Decreto Governamental.

§ 1º - A lista tríplice será formada por servidores públicos estaduais que sejam contribuintes do I.P.E.

§ 2º - O Superintendente nomeado fará as indicações para preenchimento das respectivas Diretorias do I.P.E., ao C.D.F.

que, por maioria simples, as referendará para nomeação pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º - O mandato de todos os representantes do C.D.F. será de 04 (quatro) anos, coincidindo com o período do mandato governamental.

Parágrafo Único - O término do primeiro mandato do Conselho coincidirá com o atual mandato governamental.

Art. 5º - O C.D.F. reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente quando necessário.

Parágrafo Único - As reuniões extraordinárias não poderão ultrapassar a duas por mês.

Art. 6º - Os representantes das associações de classe, ou órgãos, no C.D.F., serão indicados pelos respectivos titulares destes.

Parágrafo Único - Os titulares das associações ou órgãos poderão representá-los junto ao Conselho.

Art. 7º - Ao C.D.F. compete aprovar o orçamento de cada exercício financeiro, bem como fiscalizar e aprovar as contas do I.P.E.

Art. 8º - O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará a presente lei.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - I.P.E., criado pela Lei n. 4.339, de 28 de fevereiro de 1961, é uma autarquia estadual dotada de personalidade jurídica própria, que tem por objetivo a prestação de serviços de assistência médica e hospitalar, assim como previdenciários, à comunidade dos funcionários públicos estaduais do Paraná que, pela própria condição de estatutários não têm acesso ao sistema nacional de previdência social.

O I.P.E. é, praticamente, mantido em atividade operacional pelos recursos provenientes dos descontos mensais sobre a folha de pagamento dos funcionários públicos estaduais, dos serventuários do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, entre outros.

Não obstante, os "contribuintes obrigatórios" (assim definidos os mantenedores do I.P.E. pelo art. 3º do Decreto n. 14.585, de 30 de março de 1964), não recebem devidamente os serviços de assistência previdenciária a que têm direito. Para tanto contribuem decisivamente os desmandos que têm imperado na administração da autarquia e que motivaram recentemente a instauração de sindicância administrativa

para apuração de denúncias. Como também tem contribuído à indicação política de Superintendentes que nada têm a ver com a autarquia. Fugindo à regra, nesta data assume esta função um servidor público estadual.

De outra parte, é de domínio público, que o Tesouro do Estado há vários anos (pelo menos nas quatro últimas gestões governamentais), não repassa para o I.P.E., a contribuição mensal obrigatória sobre o "quantum da retribuição dos seus servidores inscritos obrigatórios ou facultativamente no regime de pensão" (art. 10 do Decreto n. 14.585/64), além de reter, às vezes, por meses seguidos, os repasses devidos à autarquia.

E por que? Porque a Superintendência e as Diretorias do I.P.E. não têm legitimidade para exigir o cumprimento da lei, pois são da escolha e nomeação exclusiva do Governador e a ele devem obediência.

É justo e correto que os servidores públicos estaduais, que são hoje os únicos mantenedores e a razão de ser da autarquia, como são os que sofrem os desmandos e a incompetência de dirigentes que nada têm a ver com os destinos da entidade previdenciária estadual, possam, através dos seus representantes de classe, indicarem os administradores do I.P.E. Que serão escolhidos dentre os próprios servidores e contribuintes do Instituto de Previdência do Estado.

Ao indicarem Diretores dentre seus pares, os contribuintes do I.P.E. estarão zelando pelo seu patrimônio ao identificarem estes com os objetivos do Instituto e terão assim, responsabilidade direta, a título de consequência, pelo sucesso ou insucesso face às atividades gerenciais desenvolvidas pela Autarquia.

Assim sendo, em razão do exposto, o presente Projeto de Lei tem a finalidade de pôr fim aos desmandos e incompetência que têm imperado na administração do I.P.E., e fazer justiça aos seus contribuintes-segurados, dando oportunidades para que os servidores estaduais do Paraná sejam co-responsáveis pela gestão democrática de seu Instituto de Previdência e Assistência".

É este o nosso Projeto e esperamos que a sua passagem pelas Comissões receba a devida atenção dos Senhores Parlamentares, para que possa, inclusive, até receber emendas, no sentido de melhorar a sua execução.

É este o Projeto, repito, que nós trazemos para a discussão nesta Assembléia.

E, por falar em Previdência Social, Senhores Deputados, existe um outro problema dentro desta área que há muito chama a nossa atenção, problema dos mais

graves, porque atinge um percentual considerável da população brasileira, que atinge este povo que mais do nunca, tem sede de tudo!

Vemos hoje, o povo brasileiro, se arrastando como as multidões bíblicas, sedentas de água, de peixe e de pão! E isto tudo existe, e em grande quantidade nesta terra, que é abençoada pela fartura, mas onde poucos são saciados, por falta, acima de tudo, o que o povo mais clama e do que mais tem sede, ou seja Justiça!

Justiça, será que algum dia o povo brasileiro terá esta sua sede saciada? Será que algum dia haverá uma distribuição mais justa de riqueza? Será que algum dia o trabalhador, que exaure a sua vida trabalhando duro, no dia a dia, durante 30 anos ou mais, vai ter direito a uma pensão justa, que lhe permita terminar os seus dias na terra vivendo com dignidade, sem precisar esmolar, depois de ter dado o seu vigor na construção deste País.

Dizíamos há pouco, Senhores Deputados, e quase nos desviamos de assunto que queríamos enfocar, que um problema dos mais graves vem chamando a nossa atenção há bastante tempo. Falamos do problema do aposentado, do velho, por extensão, ou do idoso, melhor dizendo. A situação do aposentado hoje, é pelo menos, uma brincadeira de mau gosto, tal a desumanidade do sistema nesta área. Ser aposentado é ser pária, é ser um miserável.

Aqueles que tiveram a oportunidade de no último domingo assistir o Programa Fantástico, da Globo, ou no domingo retratado, puderam constatar e sentir as agruras, o sacrifício por que passa o aposentado para viver. E, a esse respeito o jornalista Luiz Fernando Fedeger, escreveu um artigo que retrata bem a situação porque passam os nossos milhões e milhões de aposentados. O que se faz com o aposentado, neste País, é um verdadeiro deboche. A Rede Globo de Televisão demorou, mas acabou entrando numa campanha de alerta a uma situação difícil que os mesmos atravessam, face aos desencontros de uma Previdência Social que não atende aos reais interesses da nossa população. Depois de se dedicar por 30 anos à uma empresa, ou ao serviço público, o aposentado deste País é sujeito à vexatória situação de ver a sua aposentadoria ao contrário de aumentar, ser reduzida, engolida por uma inflação que vai gradativamente obrigando o aposentado a uma verdadeira ginástica, num jogo de cintura a que já se obrigou durante toda a sua existência.

Hoje, a aposentadoria representa neste País um verdadeiro pesadelo, com raríssimas exceções. É claro que existem os chamados marajás aposentados, e até viúvas em condições privilegiadas, como no caso até

mesmo do próprio IPE, do qual eu acabei de falar há pouco. É inadmissível que um aposentado ganhe menos do que o salário mínimo, mas milhares, ou milhões estão nestas condições.

Faltam dados estatísticos para comprovar os dados estarrecedores, mas certamente são muitos. Ora, se depois de uma vida dedicada ao serviço ativo, o cidadão se obriga a receber menos que o mínimo, ou um pouco mais, a aposentadoria representa indiscutivelmente um pesadelo. E quantos não estão vivendo este pesadelo, fruto de uma política previdenciária feita de promessas e de ironias. Quantos não se aposentaram acreditando que cinco ou seis, ou sete salários mínimos, seriam suficientes para sobreviver, de acordo com as contribuições, e hoje, engolidos pela inflação, estão vendo os seus proventos serem irrisórios? Irrisórias quantias que os obrigam a procurar um "bico" para sobreviver.

É por estas e outras razões que voltamos a repetir, como o saudoso general francês - "Este não é um país sério", ou você ainda tem dúvidas?

Realmente tem razão o jornalista. Os aposentados vivem verdadeiro pesadelo, fruto de uma política previdenciária feita de promessas e de ironias. É brincadeira o que há pouco se assistiu, o Ministro Rafael Almeida Magalhães comprando apartamento de luxo com piscina, sauna, para os funcionários da Previdência, enquanto os seus contribuintes, os seus aposentados percebem pensões de misérias vergonhosas, pensões que sequer permitem aos aposentados condições de sobrevivência.

E assistíamos ao noticiário nacional, dando conta de que Governadores assinaram um manifesto de solidariedade ao Ministro Almeida Magalhães, manifesto de apoio. Para que e por que este manifesto? E para os milhões de aposentados, quem é que vai assinar o manifesto para que o Governo mude a sua política odiosa, desumana e injusta?

É isto, Senhores Deputados, sede de justiça é o que tem este povo. E saciar como, de que maneira, se vemos Ministros sendo aplaudidos pela malversação do dinheiro público. Como?

Eu é que pergunto, Senhores Deputados: Como é que isto pode estar ainda acontecendo? Procurem ver a realidade dos aposentados. Nós convivemos muito com esta classe, nós estamos sempre atentos à Federação dos Aposentados do Paraná, que tem desempenhado um papel importantíssimo na luta dos aposentados. É bom lembrar a todos os Senhores, que amanhã nós também seremos aposentados, e se hoje não fizermos alguma coisa, não levantarmos uma bandeira em nome dos aposentados, amanhã estaremos nós na mesma situação, pedindo para alguém: "Faça alguma coisa em nosso

apoio também".

O Sr. Antônio Costenaro - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Deputado Algaci Túlio, nós acompanhamos seu pronunciamento, essa sua preocupação, à qual nos somamos, e a lamentamos profundamente. Eu acho que não há nenhum de nós que não tenha um aposentado na sua família, e graças a Deus que temos, porque se nós temos, são pessoas idosas que ainda estão vivendo, que trabalharam uma vida inteira, conseguiram a sua aposentadoria sonhada. Porque um homem que trabalha e que vive de salário, o homem que luta com a sua vida difícil, que é a vida do trabalhador neste País, ele sonha com a aposentadoria. Ele não sonha com a velhice, mas sonha com a aposentadoria, para ver se pode viver em paz, porque o trabalho é árduo, pesado, e a recompensa é pouca.

Mas, lamentavelmente, como Vossa Excelência está dizendo, e muito bem, o aposentado, depois de sonhar em poder viver com 5, 6, 7, até 10 salários-mínimos o que custa caro para pequenas empresas no pagamento do INPS. Custa muito caro esta conquista, esse cidadão, após se aposentar, vê, a desvalorização do seu salário, a cada vez que acontece a sua correção, ocorre a desvalorização do dinheiro, o seu salário desaparece. Aí, então, o homem de 60, 65 anos que morre fatalmente aos 72, 73, 75 anos, chega ao fim da sua vida, depois de tanto trabalhar e sonhar com a conquista de viver em paz, ele chega ao fim da sua vida numa miséria reinante, e às vezes até precisa recorrer a nós, políticos, para conseguir ao final da sua vida, o sepultamento, ou para atender as necessidades da família.

Isto é lamentável para a classe trabalhadora, deste País, quando se erguem tantas bandeiras em seu favor, quando se fala tanto nos trabalhadores, porém, parece que existem uns homens-de-ferro que falam muito, mas ouvem muito pouco e nada fazem para a classe produtiva deste País!

Portanto, somamo-nos às suas preocupações. E ficamos estarecidos em ver o Ministro da Previdência Social, através dos canais de televisão, demonstrar à população que agora está tudo resolvido, que os salários dos aposentados serão recuperados, e faz toda aquela fachada que serve sim, para tapear aqueles que estão pagando, despertando o otimismo daqueles que estão trabalhando, contribuindo, mas aqueles que recebem a minguada aposentadoria nada de novo vêem acontecer.

Nós lamentamos que um homem, neste País, depois de lutar e conquistar o seu direito, perde-o, chorando, gritando, esperneando, e nada pode fazer!

Portanto, a voz de Vossa Excelência nessa tribuna é uma voz ativa, em defesa desses trabalhadores, e nós nos somamos às preocupações de Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Antônio Costenaro Neto.

Realmente o aparte de Vossa Excelência vem também trazer subsídios a este nosso pronunciamento, que procura, na verdade mostrar a realidade, hoje, do aposentado neste país. Eis que nós diariamente temos contacto com esses homens, com essas mulheres de cabelos brancos, outros, sem cabelos, cansados pelos anos de trabalho, pela vida dura do campo, e vemos, diariamente, as filas intermináveis defronte ao INPS, na Rua João Negrão com a Rua XV de Novembro, vemos centenas e centenas de pessoas, todos os dias, com o tempo bom, com tempo ruim, com sol, com chuva, com frio, com calor, enfrentando, ainda, essa desgraçada burocracia que existe na Previdência Social. Ficam eles ali, esperando, num Posto que abre somente as 12:00 horas, o que é mais um crime que se comete contra o aposentado, pois o atendimento ao aposentado é somente após as 12:00 horas. Este é um outro crime praticado por esse Ministro que, irresponsavelmente, faz com que essa gente se coloque em filas, de pé, durante várias horas, à espera de um atendimento!

O Sr. Paulino José Delazeri - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, esse é um assunto que nos interessa sobremaneira, porque estamos trabalhando nessa área, na busca de soluções aos problemas dos aposentados.

Mas devo dizer, Deputado, que eu cheguei particularmente a uma triste conclusão, ou seja, que a situação dos problemas dos aposentados, dos 800 mil aposentados do Estado do Paraná, aposentados e pensionistas, e dos 13 milhões de aposentados e pensionistas brasileiros neste sistema capitalista selvagem em que nós vivemos, nobre Deputado, não há solução dentro deste próprio sistema, porque a lógica do sistema capitalista selvagem, truculento e autoritário em que nós vivemos, é usar o ser humano, o homem enquanto ele tem forças para produzir riquezas para o setor financeiro, os monopólios e os ladrões se apropriarem.

Portanto eu me somo a Vossa Excelência nesse voto e nessa voz de protesto, mas queria ir um pouco adiante, e gostaria de dialogar com Vossa Excelência no sentido de que esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em nome dos 825 mil apo-

sentados e pensionistas explorados deste Estado, deveria se levantar com muita veemência fazendo um protesto e também uma sugestão para que a nova constituição venha atender o interesse de 10% da sociedade brasileira, daqueles que já dedicaram a sua vida na produção e geração de riquezas e continuam sendo explorados.

Por isso nobre Deputado, congratulo-o pelas suas palavras e quero dizer, e muitos companheiros sabem disso, que juntamente com a Federação dos Aposentados do Estado do Paraná, nós estamos trabalhando na organização dos aposentados. Inclusive, no nosso gabinete na Assembléia, nós temos uma verba específica para dar passagens, nós estamos fornecendo em média 18 passagens por mês para a Federação dos Aposentados, num trabalho espontâneo e extraordinário, para irem para o interior do Estado organizarem associações, porque a solução do problema passa pela organização dos que têm o problema a resolver. Por isso, gostaria de voltar a conversar com Vossa Excelência posteriormente a este pronunciamento, para encaminharmos conjuntamente à Assembléia Legislativa algumas sugestões à Comissão de Sistematização e ao Plenário da Constituinte.

Muito obrigado nobre Deputado!

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Paulino José Delazeri eu já tinha conhecimento, através dos companheiros da Federação dos Aposentados, que Vossa Excelência estava fazendo um trabalho de muita profundidade na sua região, para a criação dos núcleos das Associações dos Aposentados, o que realmente é um trabalho importantíssimo, e muita gente pode até estar estranhando que nós estejamos neste momento mais preocupados com os aposentados do que com as crianças neste Brasil. Mas, na verdade, é um assunto importante e que merece a atenção desta Casa. Claro que os outros problemas também nos dizem respeito, mas é preciso que se analise com profundidade a situação do aposentado brasileiro. Vejam bem, nos jornais da semana passada, nós lemos uma notícia que, aliás, era taxada de boa notícia para os aposentados.

E o que diz a nota?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência tem mais dois minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Presidente.

(Lê): "De acordo com a Portaria 4084, de 16.09.87, baixada pela própria Previdência Social, a partir de setembro, nenhum segurado vai poder ter um benefício inferior a Cz\$ 2.200,00, isto porque pela

Portaria, o piso mínimo de benefícios urbanos fica elevado para esse valor como uma forma de compensar o abono de Cz\$ 250,00, concedido a todos os trabalhadores que ganhavam o antigo salário-mínimo, hoje denominado salário-mínimo de referência. Apenas como lembrete, pela legislação em vigor até agosto, o valor mínimo de aposentadoria e pensões deveria corresponder a 95% do salário mínimo de referência, Cz\$ 2.062,31, equivalendo, portanto, a Cz\$ 1.959,19. Desse modo, a Previdência nada mais fez que acrescentar a esse valor um abono de Cz\$ 250,00, o que acabou por elevar o piso mínimo do beneficiário para Cz\$ 2.200,00. Vejam, este valor do novo piso de benefícios vale apenas para o trabalhador urbano, para o rural o menor valor desse mesmo benefício passou a ser de Cz\$ 1.200,00.

Sr. Presidente, quero usar, com a concordância do Líder da minha bancada, o Horário da Liderança, para complementar então esse meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência tem nove minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Cz\$ 2.200,00 para o trabalhador urbano, que trabalhou pelo menos 30 anos, e quando é mandado embora, porque dificilmente alguém deseja mesmo se aposentar, é difícil de perceber porque sabe que vai se tornar marginalizado da sociedade. Vejam o trabalhador rural com Cz\$ 1.200,00. É piada, Srs. Deputados, vai fazer o que com essa importância? Realmente este é o milagre brasileiro. Veio ao Brasil a princesa da Inglaterra, ver como é que sobrevive um trabalhador, um aposentado com esta miséria, como é que vive um trabalhador com um salário de Cz\$ 2.200,00, naturalmente a sua vinda a este País, foi para ver este milagre brasileiro.

E vejam bem, não é apenas o problema social, angustiante que envolve o aposentado. O problema atinge contornos maiores, por extensão atinge a todos os idosos. Ser idoso, hoje, no Brasil, é ser totalmente marginalizado. É triste, e é lamentável, mas em nosso País se considera idoso o homem de meia idade, o homem de 40 ou 50 anos, que é mandado para casa colocar pijama. Entendemos que existem muitas classes de trabalhadores que aos 50 anos já estão cansados, já deram o que podiam dar. Vejam, por exemplo, os trabalhadores das minas de carvão, não aguentam dez anos naquele serviço. Com dez anos de trabalho e 30 anos de idade, é um velho total, com pulmões estourados e sem condições de vi-

ver muitos anos ainda. Mas, de um modo geral, Srs. Deputados, o trabalhador atinge o seu grau de maturidade profissional depois de 40 a 50 anos, e nessa idade tem a experiência do trabalho e a serenidade de vida, fatores que o fazem o profissional responsável e capaz, um profissional com condições plenas de dar a sua parcela para o desenvolvimento da Nação.

E o que acontece? Simplesmente são mandados embora para que os jovens assumam os seus lugares. No caos que se tornou este País, podemos dizer que a falta de confiança no homem maduro, é fator dos mais preponderantes para esta situação caótica, não que não confiemos nos jovens, longe disso, mas aprendemos que tudo tem a sua hora.

Um jovem de 30 anos não tem a experiência de um homem de 50 para administrar, por exemplo, uma Secretaria de Estado ou um órgão que envolva a participação de muita gente, que exige muita responsabilidade e muita serenidade.

Nós, que já estamos na idade madura, muito bem digo o arrebatamento, a participação, o julgamento apressado, a análise superficial e tantos outros fatores são próprios dos jovens e é evidente, este estado se transmite para aquilo que este faz, para o que administra.

Então, esta é a hora, e a outra crise, falta de confiança nos homens maduros, e que dizer dos considerados idosos, também, Srs. Deputados?

No último dia 20, comemorou-se o dia mundial do idoso, e a esse respeito, há que se fazer um questionamento também. Não adianta fazer apenas festa para comemorar o dia do idoso, é necessário que se faça alguma coisa com mais objetivo para esse pessoal todo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A humanidade tem sede de justiça, o povo brasileiro tem sede de justiça. Quando para aqui viemos, e tenho certeza que a maioria de nossos colegas também, vínhamos com um sonho, com um ideal, o de ajudar a fazer justiça ou de pelo menos dar condições dignas de vida ao nosso povo através de um trabalho conjunto - Legislativo e Executivo. Os sonhos eram muitos quando ser deputado também era um sonho. E o que acontece no decorrer deste ano? A Constituinte está aí, nem decorrido um ano ainda, e nem é bom falar na Constituinte, porque senão acabamos chorando ou brigando, tamanha é a decepção de todos nós políticos, e principalmente do povo brasileiro, a desilusão de ver como estão sendo conduzidas as coisas. Como está sendo o processo constituinte manipulado, na direção do interesse de alguns poucos. Mas isto nem é assunto para agora também.

Srs. Deputados, questionemo-nos quanto

aos nossos ideais de legisladores estaduais. O que será que estamos fazendo de bom, de útil para o povo que nos mandou para esta Casa?

De repente, em especial a nós Deputados da Oposição, só nos resta mesmo é fazer discurso. Porque lamentavelmente as prerrogativas do Legislativo estão cada vez se desfazendo, por culpa até de nós próprios parlamentares.

Por isso, é momento de nos questionarmos e nos prepararmos para a Constituinte Estadual e nesta mesma Constituinte, colocarmos em prática o trabalho dos parlamentares, de suas assessorias, para que possamos fazer deste Paraná um exemplo para este Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Consulto a Liderança do PTB se fará uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Com a palavra, o Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais presentes e ouvintes da primeira sessão desta semana.

Nós temos ainda presente a violência praticada pelas Forças Armadas, principalmente do Exército Nacional, na greve dos trabalhadores da Itaipu. O Governo do Estado do Paraná repudiou os fatos acontecidos em Foz do Iguaçu, nós também condenamos os atos de violência cometidos contra os trabalhadores.

Gostaria de dizer que não só o Exército Brasileiro que pratica atos de violência e repressão contra os trabalhadores. A Polícia não é diferente, quando acionada faz as mesmas ou até maiores repressões em cima das manifestações dos trabalhadores. Quero apenas recordar três fatos recentes.

O primeiro foi no despejo dos sem-terra, em fevereiro deste ano, na Fazenda Corimbata, no Município de Chopinzinho. Nesse despejo, foi executado pela Polícia Militar, que infelizmente presenciei, a polícia bateu, deu pontapões de baioneta, jogou bombas de gás lacrimogênio, prendeu, quebrou os pertences dos trabalhadores e fez coisas piores ou iguais às que os soldados fizeram em Foz do Iguaçu, o que é lamentável. E também naquela época, várias pessoas foram parar no hospital.

Lembramos também das manifestações dos pequenos agricultores em março deste ano, nas cidades de Francisco Beltrão, Capitão Leônidas Marques, Medianeira e outras, quando a polícia prendeu, bateu, machucou, reprimiu, praticou violências contra trabalhadores e até contra o próprio Prefeito

de Capitão Leônidas Marques.

Lembramos também da greve dos bancários, em dezembro de 1986, e lembramos que a coisa não foi diferente, pois a Polícia agiu com extrema agressividade e violência.

No mês passado, quando estudantes de jornalismo da universidade faziam um manifesto contra a não obrigatoriedade do diploma, a polícia agiu com grosseria e violência. A televisão mostrou os policiais dando pontapés até em mesas e cadeiras.

Estou recordando estes fatos porque não é só o Exército chamado por Ney Braga que bate e reprime. A Polícia Militar também faz a mesma coisa, ou, dependendo do momento, até pior.

Esta afirmação é para mostrar que temos que estar preparados, para que nos próximos dias estes fatos não voltem a se repetir.

Aqui em Curitiba, mais de 500 famílias de trabalhadores sem casas ocuparam um terreno ocioso na região de Campo Comprido, construíram suas casas, seus barracos, e agora estão sendo ameaçados de despejo e, possivelmente, na próxima quinta-feira serão despejados, certamente pela Polícia Militar. Por isto, esta Assembleia Legislativa terá que ter a mesma preocupação que teve com os trabalhadores de Foz do Iguaçu, porque as 500 famílias de trabalhadores residentes em 200 casas e mais 300 barracos provisórios nos terrenos baldios em Campo Comprido, certamente terão que ter a mesma proteção desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Temos que ter a preocupação de estarmos prevenidos para saber como se dará este despejo, porque é possível, pela tradição, pelo modo como a Polícia atua, veremos repetidas, aqui, as cenas reproduzidas pela televisão esta semana, que mostrou o despejo das famílias na zona leste de São Paulo. Lá tivemos famílias inteiras que apanharam, que tiveram seus pertences destruídos. Tratores foram chamados pela polícia para derrubar as casas, e assim apressar a ação de despejo.

Os jornalistas e fotógrafos que registravam as cenas de violência foram derrubados ao chão na base de cassete e de pontapés. Os Deputados que lá estavam presentes apanharam e foram presos. Lá, como aqui, também se bate. A Polícia de São Paulo bate tão bem quanto os soldados do Exército chamados por Ney Braga e autorizados pelo Governo. Por isto, a Polícia do Paraná, como a de São Paulo, e os soldados do Exército, batem, e batem muito nos trabalhadores. Por isto, devemos estar preocupados.

lência me concede um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Pedro Tonelli, estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento, e no que diz respeito a estas 500 famílias da Conectora 5, em Campo Comprido. Gostaríamos de informar que ontem estive na Prefeitura, em audiência com o Prefeito Roberto Requião, no momento em que também estava presente D. Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, quando fomos levar a nossa preocupação com relação a este despejo que estava marcado para hoje. Conversamos com o Prefeito, que se mostrou muito preocupado com esta situação. A grande responsabilidade de tudo isto chegar ao ponto que chegou, é da Imobiliária Trevisan, que é a proprietária do terreno e que facilitou e induziu, pelo que se sabe, os próprios posseiros para que entrassem nesta área para criar problemas. Pelas informações que temos, o objetivo era de que o Estado ou a Prefeitura viessem depois fazer a desapropriação para que, com isso, a Imobiliária pudesse ter aí uma ação indenizatória do Estado.

Como isso não aconteceu, a Imobiliária Trevisan, depois de algum tempo, depois de transcorrido um longo período, ingressara na Justiça com uma ação de despejo de manutenção de posse do referido terreno. A justiça dará a reintegração à Imobiliária, e é evidente que o chamado para cumprir a ordem judicial é a Polícia Militar.

Eu estive lá em Campo Comprido no domingo e vi a situação. É uma situação realmente complicada. São 500 famílias as que não têm para onde ir, não têm onde morar, que foram para lá enganadas, inclusive, pelo que se sabe, por gente até ligada à Imobiliária, e que agora estão sendo ameaçadas de despejo.

Então, nós, diante desta situação, famílias com 5 e 6 filhos, todos pequenos, morando numa subabitação e que não têm a menor possibilidade de remoção, se não tiver um programa mínimo de apoio para curto prazo, que possa realmente dar a mínima condição de vida para esta população. Inclusive, seria objeto, já que a Rede Globo está fazendo aí uma campanha para melhorar a condição de vida das crianças, que também fizesse uma visita e um relato sobre a história destas famílias que estão lá em Campo Comprido, porque, realmente, elas são o espelho de milhões e milhões de famílias que vivem jogadas a segundo plano no País.

Portanto, nobre Deputado, Vossa Excelência tem a nossa manifestação de solidariedade com relação a esta questão. O Governador ontem determinou que o Secretário de Segurança se reunisse com o Prefeito de Curitiba, e às 19:00 horas foi iniciada uma reunião na Secretaria de Segurança, na

qual estivemos também até que se iniciasse a reunião, e gostaríamos de solicitar desta Casa uma manifestação, ou a formação de uma Comissão de Deputados, para acompanhar o despejo ou então tentar protelá-lo para que se viabilize um programa mínimo de apoio à moradia para estas famílias que lá estão, sem as mínimas condições de deslocamento.

Era essa a nossa colocação com relação às famílias de Campo Comprido.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Esta Presidência lhe concede mais 60 segundos para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço esse aparte que só veio enriquecer a preocupação deste Parlamentar e creio que todos nesta Casa concordarão que certamente a proposta do nobre colega deve ser apreciada, porque não podemos levar como brincadeira a vida de mais de três mil pessoas que estão numa situação difícil para morar, sem terreno. Isto muitas vezes não é por sua culpa, mas por culpa de uma doença nacional, e nós, como homens públicos, temos que zelar pela vida do povo que representamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Consulto a Liderança do PL, se fará uso do seu horário. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Com relação ao discurso do Deputado Pedro Tonelli, voltando a se referir à greve havida em Foz do Iguaçu, entende este Deputado que o assunto ficou encerrado com a ida da Comissão desta Casa para aquela cidade, e com as discussões várias aqui ocorridas, finalizando com o debate de dois Srs. Parlamentares do PMDB e dois da Frente Liberal, no Canal 6, no domingo próximo passado, onde ficou bem claro que as críticas a Ney Braga são puramente de ordem político-partidária, contestada pelo PMDB, que quer assumir também a direção de Itaipu, como é do conhecimento de todos os paranaenses.

Mas, o que me traz à tribuna, é o fato, Sr. Presidente, de os jornais do Paraná darem ênfase em manchetes, aos escândalos da PROMOPAR, com o aparecimento da psicóloga Rosana Zornig.

Tenho aqui trechos da notícia veiculada na "Folha de Londrina", pois os principais jornais fizeram alusão ao fato, em virtude da sua gravidade. E nós, desta Casa, não podíamos deixar de fazer o registro, dada a importância do assunto.

Diz a notícia da "Folha de Londrina", que a psicóloga Rosana Zornig, ex-funcionária do Departamento de Recursos Humanos da PROMOPAR, está desde ontem cumprindo pena de prisão administrativa, numa cela especial, em Curitiba, acusada de desviar dos cofres públicos Cz\$ 904 mil. No total, Rosana e mais oito ex-funcionários do órgão, foram acusados de dar um desfalque no Governo do Estado de aproximadamente Cz\$ 5 milhões, dinheiro que, segundo eles, era todo desviado para a campanha política do PMDB. Esta psicóloga estava no Paraguai, juntamente com a principal envolvida no escândalo da PROMOPAR, a ex-Chefe do Departamento de Recursos Humanos, Edmara Oliveira Lara. Segundo o advogado, Edmara Oliveira Lara ainda estaria no Paraguai, e não se sabe quando vai se apresentar à Polícia. A psicóloga, que tem residência na Capital, vai permanecer 90 dias em prisão administrativa, porque não pode pagar a quantia da qual é acusada de roubar.

Ontem, na Delegacia de Vigilância e Capturas, enquanto deixava as suas impressões digitais e respondia a uma série de perguntas, Rosana Zornig afirmou que quando for chamada a interrogatório, apresentará provas de que todo o dinheiro que recebia a mais, na sua Folha de Pagamento, era destinada a Edmara Oliveira Lara, que, por sua vez, se encarregava de repassá-lo ao Secretário da Agricultura, Osmar Dias, e ao atual Secretário particular do Governador, Teófilo Bacha, para efeitos de campanha eleitoral. Rosana Zornig disse que estas provas são canhotos de talões de cheque de contas que possuía na Agência BANESTADO da Voluntários da Pátria e da Caixa Econômica Federal, ambas no centro de Curitiba. Segundo ela, estas seriam as únicas provas materiais a seu favor. Disse que a sua passagem pela Delegacia e a prisão administrativa eram absurdas, insistindo que todo o dinheiro computado a mais nos contra-cheques dos funcionários - entre parêntesis apenas um deles pagou a quantia que foi acusado de desviar, no valor Cz\$ 350 mil cruzados, e os demais já cumpriram a pena de 90 dias - Foi repassado a Edmara Oliveira Lara, que usando garotos de recado, chegava até o Sr. Secretário Osmar Dias e ao atual Secretário particular do Governador, Teófilo Bacha.

"Como funcionária, eu mesma atendi a vários telefonemas e reconheci a voz do atual Secretário", afirma Rosana. Ela contou que tinha duas contas, no BANESTADO e

na Caixa Econômica Federal, e que, quando era chamada, fazia a retirada do dinheiro, mas não soube explicar direito porque se dava a tanto trabalho. "Nós recebíamos ameaças", disse ela.

A psicóloga falou também de uma conta na Caixa Econômica Federal, agência Centro, na qual todos esses funcionários envolvidos depositavam 10 por cento do total que lhes era computado a mais nos contracheques.

Da sua parte, foram depositados Cz\$ 94 mil, que ainda estão lá. O seu salário normal na PROMOPAR era de Cz\$ 11 mil, mas por causa das horas-extras, chegava às vezes a Cz\$ 75 mil.

A defesa de Rosana Zornig, assim como a dos demais ex-funcionários implicados no caso, é acusar o PMDB, que à época da campanha consultou Edmara Oliveira Lara, sobre a possibilidade de inclusão de funcionários fantasmas na PROMOPAR, para desvio de dinheiro. Como a resposta foi não, utilizou-se a hora-extra. Só para Rosana Zornig foram computadas 240 horas-extras, o que deu um total de Cz\$ 904 mil.

Este é o registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não podia deixar de ficar nos Anais da Casa, não querendo nós, por antecipação, pré-julgar não só os denunciados, como as palavras da psicóloga, mas esperamos que a Polícia e a Justiça, porque lá já corre sindicância e as providências cabíveis, inclusive determinadas pelo Sr. Governador.

Esta Casa espera que seja apurada a responsabilidade de todos os implicados, porque as denúncias que se fazem, não só ela, Rosana Zornig, como outros funcionários, são da maior gravidade.

Eu acredito na Justiça do Paraná, e na Polícia do Paraná e na administração do Sr. Álvaro Dias, e particularmente neste aspecto, que diz ele ser uma administração honesta, voltada à transparência, espero que todos os implicados sejam responsabilizados e tornados públicos os seus nomes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE- (Antônio Annibelli)
Consulto a Liderança do Partido Democrático Social, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Vai falar o Líder, Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra, ao Líder Caíto Quintana, no horário da Liderança do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente,

Srs. Parlamentares.

Ocupo a tribuna, no Horário da Liderança do PMDB, apenas pelas colocações, feitas pelo Deputado Basílio Zanusso, neste instante, no horário do Partido da Frente Liberal.

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, que barbaridade se comente no instante em que nós quisermos que a apuração de fatos delituosos sejam tratados dessa maneira.

Mas eu me surpreendo, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que venham encontrar guarida no pensamento de alguém, acusações do porte desta, levantada na tribuna, estampada nos jornais, dita em programa policial de rádio, na apuração de escândalos na PROMOPAR!

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, isto torna difícil a moralização, quando todos nós queremos um Governo transparente, moralizado, e punido.

Quantas vezes eu ouvi nesta Casa, quantas vezes eu ouvi na rua, o trabalhador, o homem simples dizer que o grande mal do Brasil é que os corruptos não vão para a cadeia, que "colarinho branco" não vai para a cadeia! E, na hora que se instaura um Governo que pretende moralizar a opinião pública ouve-se a defesa do réu, de que maneira?

"- Não, eu subtraí dinheiro porque foi quem me mandou prender que pediu para eu subtrair, para ajudar na campanha dele."

Como não podem atingir o Governador Álvaro Dias, pretende-se, via seu irmão, atingir, desestabilizar a campanha moralizadora do Governo do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, seria como se algum dos Srs., da janela da sua casa visse alguém entrar para roubar na casa do vizinho, aí o Sr. chama a Polícia, ela prende o ladrão, e o ladrão diz que estava roubando a seu mando.

Essa, a defesa que se estampa neste instante no caso PROMOPAR, essa, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, talvez seja uma atitude orientada pelos advogados no instante em que outros estiverem foragidos, e vierem a se apresentar na Justiça. Daqui a pouco, perdoem-me os Srs., mas retornará o Sr. Omar Karam dizendo que subtraiu o recurso, deixando uma nota promissória para ajudar na campanha do Governador Álvaro Dias!

Até que ponto vamos dar crédito a esse absurdo, no instante em que a implantação na folha de pagamento começou - segundo palavras da própria ré - em junho, e só acabou de ser creditado em maio, quando o Governador decretou a prisão preventiva, sendo que a campanha terminou em novembro?

Se o Governador não houvesse declarado a prisão preventiva, até hoje estariam sendo creditadas as horas-extra, e ninguém estaria dizendo nada.

Com o devido respeito às pessoas, que eu não conheço, e que não são da minha relação, não me cabe duvidar da sua honrabilidade ou não, cabe a Justiça a apuração fatos, como cabe ao Sr. Osmar Dias uma representação por calúnia, por difamação, porque não é possível que se trata a coisa pública desse jeito, sob pena de nunca podermos cobrar, nós Parlamentares, a moralização do Poder Público, porque todo aquele que for retirado de sua função haverá de dizer, como resposta, que foi exatamente o seu chefe que o mandou.

Isto não absolve ninguém e não se pode admitir que se perpetue esse estado de coisas, dando-se guarida aqui nesta Casa a tais argumentos ao invés de cobrar exatamente o levantamento da verdade!

O Sr. Paulo Furiatti - V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Caíto Quintana, é lamentável que um Parlamentar da Frente Liberal - por sinal a Frente Liberal está se tornando a rainha das trapalhadas a nível nacional, estadual, municipal - vá a Tribuna desta Casa e leia um jornal, tentando transformar uma acusação imbecil como essa quando seria a primeira vez - se fosse verdade - que um mandante do erro mandaria prender o executor; quer dizer, uma acusação sem nexos.

Aí o cidadão sobe à tribuna e lê um jornal, um relato dos jornalistas, e em função do que ela, a acusada falou, tentando dar crédito a uma coisa dessas!

É uma estupidez e acho que é por isso que o debate na Assembléia Legislativa fica difícil, porque com uma Oposição desse quilate, nós até usamos o microfone para rebater imbecilidades como essas e aí fica o debate a um nível muito baixo nessa Assembléia Legislativa que tira até o gosto dos Srs. Deputados de contestar, e se contestamos, é porque não é possível ficar calado com tamanho disparate.

Era isso, muito obrigado!

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço o aparte nobre Deputado, e gostaria de continuar.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o Paraná logicamente não tem hoje a perfeição em termos de administração pública, mas o Paraná inicia um processo de responsabilização pela mal versação dos recursos públicos. Essa é uma vontade minha, uma vontade dos Srs. é uma vontade da sociedade, e nos cabe nesse instante apoiarmos as medidas moralizadoras do serviço público, porque é o dinheiro do trabalhador, do imposto, é o dinheiro gerado pelo paranaense para ser utilizado em obras de cunho social, de desenvolvimento do Estado. Mas se compromete todo um processo de moralização

no instante em que passarmos a admitir que o processo de moralização é que é o corrupto. E que as pessoas atingidas é que seriam na verdade as vítimas.

Eu quero aqui ressaltar a minha expectativa de que o Governo continue tentando implantar no Paraná um sistema governamental que dignifique a classe política, que respeite o voto adquirido na urna, que restaure a credibilidade popular dos administradores, dos seus representantes. O que não podemos ouvir é que quando se tenta desmistificar um fato, disvirtuar uma ação, para fazermos daqui há pouco do Governador do Estado do Paraná, ou da campanha do Governador, o réu da história, e das pessoas atingidas, as vítimas.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Quizesse o PMDB, partido majoritário no poder, amealhar recursos para sua campanha, não iria buscá-los na PROMOPAR, um órgão sem orçamento, tendo que tirar do trabalhador, na implantação que fica em folha de pagamento. Ora Sr. Presidente, o próprio acusado Osmar Dias era Presidente, o próprio acusado Osmar Dias era Presidente da Cafe do Paraná, que tem um orçamento 10, 20 vezes superior ao da PROMOPAR, e não iria usar subterfúgios desta maneira.

Portanto Sr. Presidente, portanto Srs. Parlamentares, portanto nobre companheiro Basílio Zanusso, não gostaria de ter ouvido a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dar guarida a dúvidas dessa maneira.

O Sr. Basílio Zanusso - O nobre Deputado me concede um aparte. (Assentimento).

Deputado Caíto Quintana, esta Casa aqui é uma Casa onde estão os adultos. Com relação as palavras infelizes do Deputado Paulo Furiatti, o que é muito peculiar, pois toda vez que ele intervém em qualquer discussão aqui o faz com falta de educação e de preparo. Eu li notícias veiculadas em todos os jornais principais do Estado. E concluí dizendo que eu não podia prejudicar denunciado e denunciante. Mas há um direito de defesa, Sr. Deputado Caíto Quintana, que nem V.Exa., nem a sua Bancada majoritária, nem o Sr. Furiatti pode impedir. Eu não sei das provas e da defesa, do argumento dessa psicóloga e de outros tantos quantos estejam envolvidos com ela no episódio, mas a denúncia é da maior importância, e essa Casa não pode calar-se. Portanto, eu gostaria que o Deputado Paulo Furiatti, concluídas a sindicância e as providências cabíveis, regulares, viesse aqui contestar a minha ida à tribuna, que eu faço na condição de Líder. Pessoalmente, que não disse em momento algum que o Senhor Secretário recebia o dinheiro, mas o Paraná inteiro está sabendo que alguém movimentou o caixa dois diante de tantos

lugares, o que oportunamente nós discutiremos.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu tenho um profundo respeito por V.Exa., no entanto acredito que o rumo das colocações de V.Exa., realmente, não encontram guarida, não encontram respaldo.

(Conversas paralelas).

Vossa Excelência conhece de pleno toda peça de defesa. Ela está baseada exclusivamente num fato, realmente, subtrair recursos do Poder Público, só que subtrair para emprestar para a campanha do Governador. Essa é a única defesa, nobre Deputado a acusação não existe, porque se acusação existe, ela foi iniciada pelo Governador do Estado do Paraná no instante em que no afã de impor a moralidade pública neste Estado, houve por bem punir aqueles que dilapidaram o patrimônio público em proveito próprio e nós não podemos, sob pena de comprometer cada vez mais moralidade pública, darmos guarida a declarações dessa natureza, que só prejudicam aquilo que todos nós sonhamos: governos sérios, comprometidos com os recursos públicos, para que eles sejam usados em favor da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado José Alves, constante do expediente, comunicando que a partir do dia 30 de setembro do corrente ano, está filiado ao PTB, passando a integrar a sua representação parlamentar neste Poder. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado

Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, encarecendo sua designação e licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural no período compreendido entre os dias 7 a 18 de outubro do corrente ano, em viagem aos Estados Unidos. - Aprovado.

Expediente subscrito pela Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, encarecendo sua designação e licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural no período compreendido entre os dias 13 a 30 de outubro do corrente ano, ao IV Encuentro Feminista Latinoamericano y Del Caribe, que se realizará no México. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Resolução n. 47/87. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 47/87, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que cria o Serviço de Assistência Social, Médico, Jurídico e Organizacional Popular Gratuito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. n. 87, de 24.08.87).

O SR. PEDRO TONELLI - (Para Discutir) Já faz muito tempo, aliás, desde o primeiro dia que passei a integrar este Parlamento, que aqui sentimos uma grande preocupação com o clientelismo e os chamados vulgarmente como "pepinos de Gabinete". Foi com base nessa intenção, e de acordo com a política pepista do que é e do que deve ser o Poder Legislativo e a função do Parlamento, que apresentamos este Projeto de Resolução, projeto este que cria o Serviço de Assistência Social Médico, Jurídico, Organizacional, Popular gratuito, único da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por meio deste projeto, que diz o seguinte: (Lê):

"Art. 1.º - Fica criado o Serviço...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Todos os Deputados sabem ler. A matéria está inserida na Ordem do Dia. Não há necessidade da repetição da matéria.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu gostaria de dizer que disponho de 60 minutos e estou lendo para os que não leram.

(Lê o projeto).

A apresentação desta proposta de alteração da sistemática no atendimento às pessoas carentes, tem alguns objetivos es-

pecíficos e de importância relevante para os parlamentares desta Casa.

As pessoas que procuram o assistencialismo na Assembléia Legislativa o fazem por dois motivos principais: ou porque estão em situação de miserabilidade por falta de emprego, de um salário decente ou porque lhes foi prometido durante campanhas eleitorais.

No primeiro caso, o assistencialismo não é solução, ao contrário, é uma forma de enganar o cidadão, tornando-o dependente e viciado. No segundo caso, a sacanagem é maior, havendo um desvio de finalidade na aplicação dos recursos públicos, qual seja: está sendo usado dinheiro público para pagar promessas eleitorais, que serviram única e exclusivamente para eleger individualmente alguns parlamentares. Neste caso, o Estado não está obrigado a saldar compromissos particulares de ninguém.

Há que se reconhecer que a grave situação econômica aprofunda a miséria e tornam mais agudas as condições sanitárias da população já marginalizada. Mas, neste caso, a responsabilidade é do Poder Executivo e não do Legislativo, e por isso cabe a ele encontrar as soluções necessárias.

A prática do assistencialismo na Assembléia, Srs. Parlamentares, reforça duas posturas danosas: a primeira é que incentiva a transferência de responsabilidades dos cidadãos para o Poder Público, e a segunda é que incentiva a abominável prática do clientelismo político e da manutenção dos currais eleitorais, projetando a falsa imagem do "político milagreiro" como ideal a ser seguido pelos detentores de cargos públicos eletivos.

O ideal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seria a extinção desta prática no Poder Legislativo, isto porque projeta na opinião pública a imagem da Assembléia como um grande centro de assistência social, e os parlamentares como assistentes sociais de luxo. Porém, enquanto isso não for possível, porque depende de uma conscientização da comunidade, proponho a centralização do mesmo, com os seguintes objetivos:

1. Melhorar a qualidade do serviço prestado;
2. Evitar o privilegiamento e a discriminação;
3. Melhorar o salário dos funcionários da Assembléia que percebem baixa remuneração; e,
4. Propiciar o crescimento da consciência política da população, através de sua formação, por intermédio de suas entidades legitimamente reconhecidas.

Além dessas finalidades, pretende-se acabar com a lamentável prática do uso da verba de assistência social para pagar passagens aéreas de parlamentares e asses-

sores. Ou pior, com o procedimento escuso de forjar recibos com a finalidade de retirar os recursos para aumentar os vencimentos dos Deputados, chefes de gabinetes ou assemelhados.

Em suma, Srs. Parlamentares, proponho acabar com o privilegiamento de cabos eleitorais, de funcionários e de Parlamentares menos conscienciosos; proponho melhorar a qualidade do serviço de assistência; proponho melhorar o salário dos trabalhadores da Assembléia que não ganham o suficiente para comer; proponho que o Poder Público ajude a reforçar as entidades representativas da população, que são a base da democracia real e estável.

Enfim, senhores, proponho critérios para utilização da verba destinada à assistência social, inclusive para deixar os gabinetes mais livres, bem como os Parlamentares, para exercerem suas reais e constitucionais competências, isto é, representar a população, defendendo seus interesses e direitos, fiscalizar os atos do poder Executivo e legislar sobre as matérias no âmbito estadual.

Por isso, conclamo os companheiros parlamentares que estiverem a favor da moralização e da racionalização, e preocupados com o resgate das prerrogativas do Poder Legislativo, a votarem favoravelmente a esta proposta.

Muito obrigado." (Termina de ler).

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência faz uma "colcha de retalhos", no seu pronunciamento lido, pois não deve ter sido Vossa Excelência que o tenha escrito, porque Vossa Excelência fala no assistencialismo e está propondo que a Assembléia seja assistencialista. Vossa Excelência tenta tirar do Gabinete a Assistência Social, para transferi-la a uma Comissão.

O artigo 5º da sua proposta diz que fica instituída uma Comissão Parlamentar encarregada de receber, analisar, autorizar ou vetar a liberação de recursos solicitados por entidades e movimentos. Vossa Excelência está mais ou menos querendo propor o seguinte: que o doente, o necessitado, que bate às portas da Assembléia para pedir auxílio na dificuldade, fique aguardando que uma Comissão se reúna e dê parecer para saber se poderá encaminhá-lo ou não. Vossa Excelência fala no trabalhador, na distribuição de rendas, no assistencialismo que os gabinetes fazem e se dá o direito de prejudicar o destino ou não de recursos, como se fosse dono da verdade, nobre Deputado Pedro Tonelli, numa ofensa clamorosa a todos os Parlamentares desta

Casa, que vivem com contas estouradas no Banco para poderem dar assistência aos seus eleitores, e Vossa Excelência não se dá a este trabalho de prestar assistência e prefere transferir parte de seus vencimentos para sustentar o seu partido. Seria importante se Vossa Excelência, ao invés de transferir para o PT parte de seus recursos, transferisse para as entidades que Vossa Excelência menciona aqui, ou transferisse para os doentes, para os famintos, para os necessitados do nosso Paraná e que existem em grande quantidade. Viagens aéreas, nobre Deputado, se alguém as utiliza cabe a Vossa Excelência aprovar. Agora, Vossa Excelência mesmo sabe que é dos recursos desviados dos seus próprios vencimentos que cobre as suas passagens, como a própria passagem da viagem que Vossa Excelência fez ao exterior. E essa sai também do imposto da força produtora do Paraná.

Então, não posso aceitar, nobre Deputado Pedro Tonelli, esse seu projeto de resolução, porque ele não contribui em nada com o salário do trabalhador. Melhor seria se nós estivéssemos fazendo uma frente pedindo aumento salarial, porque se o servidor não pode viver das migalhas que caem da mesa dos abastados, não será com 30% de auxílio alimentação que ele vai melhorar o seu salário.

Vossa Excelência fala no grande mal brasileiro de assistência social, médico-ambulatorial, no entanto a Assembléia tem um departamento. E Vossa Excelência, dos 2,5% da Assembléia, está apenas destinando 10% para isso. Prefere Vossa Excelência destinar, no parágrafo 2º, 20% para pagar mobilização de entidades, viagens de entidades.

Então, nós não estamos ajudando em nada. Data vênica, Deputado Pedro Tonelli, nos permita também termos a consciência de que este País é carente, que os gabinetes vivem lotados de pessoas necessitadas e que é uma obrigação, como representantes populares, não só bater à porta dos necessitados na hora de precisarmos o voto, mas de mantermos as portas abertas para recebê-los também nas suas necessidades, que vão desde a luta pela dignidade do trabalhador até o recurso que muitas vezes tem que se repassar da verba de assistência quando a dificuldade ronda uma família e alguém necessita de um tratamento médico, hospitalar, bolsa de estudo e coisas mais aqui na capital.

Por isso, para que os gabinetes parlamentares tenham a estrutura suficiente, para poderem, aqueles que quiserem continuar cumprindo com as suas necessidades na distribuição de cadeiras de rodas e outras coisas mais, que não é computação de voto, é apoio ao sentimento de dificuldade daqueles que não têm como mudar, como prote-

lar, como modificar o andamento disso, é que eu acho que esse seu projeto, nesse presente instante, não merece guarida nesta Casa, porque na verdade ele não vai alterar nada do assistencialismo, pelo contrário, vai dotar mais recursos para isso e vai dificultar o atendimento de pronto que é dado em todo o gabinete parlamentar desta Casa, com raras exceções.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço a intervenção do Líder da Bancada majoritária nesta Casa, e cabe-me indagar, em cima de uma afirmação feita por Vossa Excelência, em que questiona a própria existência do assistencialismo nesta Casa.

Eu deveria perguntar, sim, ao nobre Líder da Bancada majoritária, porque será que existe o assistencialismo aqui na Assembléia Legislativa. Essa é uma pergunta que deveria muito bem ser aprofundada e respondida. E seria bom que se propusesse a extinção plena do assistencialismo. Eu não estou propondo a extinção plena, estou propondo uma destinação regulamentada para que os parlamentares não tenham mais aquela desculpa reconhecida, a bem da verdade, de que hoje se envolvem em 99,9% das suas preocupações, fazendo clientelismo, fazendo paternalismo, o que não é a função do Parlamento e nem do Parlamentar.

Por isso o ideal seria realmente que nesta Casa não houvesse assistencialismo. Mas creio, pela exigência das entidades e das pessoas que ainda vêm esta Casa como uma referência clientelista, que é preciso que a gente conquiste isto por etapas.

Então, por isto é que esta discussão está aberta, reconhecendo é lógico, nobre Deputado Caíto Quintana, que a extinção seria bem melhor do que aquilo que a gente está propondo. E digo mais, Vossa Excelência se referiu a que estes recursos deveriam ser destinados a entidades. É isso que está sendo proposto. Milhares e milhares de entidades neste Paraná, que prestam assistência e que se responsabilizam por pessoas carentes, estão contempladas neste projeto de resolução. E essa é a finalidade e a nossa intenção. Por causa disso nós deveríamos aprovar este projeto, porque daí nós haveríamos de ter respaldo legal para transferir um compromisso que não é nosso, para aqueles que têm a responsabilidade e a obrigação de estar cumprindo com a sua verdadeira função.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Talvez Vossa Excelência não tenha conhecimento, mas a Assembléia Legislativa transferiu recursos para as entidades assistenciais de Curitiba, como Saza Lattes, Hospital Pequeno Príncipe e tantos outros. No entanto, nobre Deputado, não deixaram

de bater à porta dos Parlamentares, necessitados de suas regiões, porque é óbvio que o sistema de atendimento às carências do povo é menor do que a disponibilidade de leitos que se tem, e muitas e muitas vezes, sob pena de termos que fechar o gabinete e pura e simplesmente fazermos igual a Pilatos. Talvez seja isso que Vossa Excelência quer! Na hora que o necessitado chega no gabinete, o Senhor encontra uma desculpa, diz a ele: eu não tenho verba de assistência social, o Senhor procure em algum lugar que alguém vai lhe atender.

Deputado, saúde é uma obrigação do Estado, eu concordo plenamente com isso, mas enquanto não se atingir esse nível, nós temos a obrigação de estarmos com a porta aberta, custe o que custar de parte dos nossos vencimentos, para corresponder a expectativa dos nossos amigos, dos nossos companheiros que são necessitados e que moram no Interior.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu só concordo que realmente nós faremos com que o Estado seja o responsável pelas necessidades sociais, quando nós, em primeiro lugar, formos os educadores para que se conquiste isso.

Diante do exposto é que eu espero contar com o apoio necessário dos Parlamentares e dos seus respectivos Partidos com assento nesta Casa, para a aprovação deste projeto de resolução.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Convoco o Sr. Deputado mais velho da Casa para assumir a Presidência, em virtude deste Deputado ter que se ausentar para representar o Parlamento no enterro de um companheiro.

O Sr. Deputado Erondy Silvério assumirá a Presidência.

Vossa Excelência, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem 60 minutos para discutir a matéria.

(Assume a Presidência, o Sr. Deputado Erondy Silvério).

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta Casa existem três profissionais ou outros mais, profissionais de imprensa.

Mas eu me reportaria agora, a mim e ao Deputado Algaci Túlio. Somos repórteres que cobrimos a área policial. Não sei se o Deputado Algaci Túlio está aqui, mas eu quero trazer um exemplo, Deputado Nereu

Carlos Massignan, Srs. Deputados.

Antes de ser Vereador, como repórter policial, vários repórteres sempre batiam à porta da emissora de rádio, como aconteceu, vou citar aqui a Rádio Cidade de Jandaia, do "Pinga-Fogo", um grande repórter policial, nós temos em Maringá, na terra do Deputado Lindolfo Júnior e do Deputado José Alves, o "Tico-Tico", repórter policial, em Curitiba nós temos vários repórteres, o Algaci Túlio, o J.P., o Schab, nós temos vários repórteres, e cito também o Deputado Pirajá Ferreira. Então, antes de eu ser Vereador, sempre apareciam na rádio pessoas pedindo: "seu Alborghetti, eu preciso de uma cadeira de rodas, eu preciso de remédio, eu preciso disto, eu preciso de um internamento". E eu ficava analisando como conseguir isso. Eu consegui através das empresas, das grandes empresas, ia atrás de uma, telefonava para hospital para internar, telefonava para o Hospital Universitário, telefonava para o Hospital Evangélico, tenho aí o testemunho do Deputado Antônio Belinati, que sabe disso, e de outros Deputados nesta Casa. Então, a gente telefonava e conseguia o internamento. E não tinha verba de assistência social. Então a verba que eu tinha era da minha verba de publicidade. Com a minha verba de publicidade, a minha senhora às vezes se irritava comigo porque eu era "carrapicho de polícia", vivia dentro do batalhão da Polícia Militar, vivia dentro da polícia, vendendo a minha publicidade, às vezes pegava e sempre tirava um pouquinho para ajudar. Aí vieram as eleições. Eu, que nunca tinha sido político, era o político, e viajava o Paraná inteiro com Álvaro Dias. Eu era o mestre de cerimônias do Álvaro. Em tudo quanto é município do Paraná eu estava em cima do palanque apresentando o Álvaro Dias, como candidato a Deputado, apresentando o MDB da época, na época era MDB. Depois veio o PDS, veio o PT, vieram os outros partidos políticos. Na época houve aquela confusão, sai um para lá, vem outro para cá, acabei indo para o PDS. No PDS continuei com meu programa de rádio e fui o mais votado da minha cidade.

Muito bem, com meu programa de televisão, programa de rádio, o dinheiro que eu ganhava como Vereador eu dedicava às entidades, asilo de velhos, creches, orfanatos, compras de cadeiras de rodas, de pernas mecânicas, fazia um trabalho de assistência social, por quê? Porque as pessoas batiam à porta da Prefeitura e não conseguiam nada; batiam na porta de outros organismos do Estado, e não conseguiam. Então eu pegava o dinheiro de Vereador e fazia um "caixinha" para distribuir para os pobres que batiam à porta de meu gabinete, e me elegi Deputado Estadual. O meu gabi-

nete, agora, acabei de esvaziá-lo, mas eu fui ver quanto é que eu tinha que pagar de hotel, eu fui ver quanto eu tenho que pagar de passagens. Os Srs. podem ficar surpresos, mas daqui a pouco a Viação Garcia estará descarregando 74 cadeiras de rodas que eu tenho que entregar neste final de semana, que é feriado, mas vamos entregar 74 cadeiras de rodas para pessoas paráliticas.

Muito bem, com que que você faz isto Alborghetti? Eu faço isso com um pedaço do meu salário. Agora aumentou a verba de assistência social. Bom, eu, em parte concordo com o Deputado Pedro Tonelli, isto deveria vir de cima para baixo, deveria vir dos órgãos do Governo Federal. Por exemplo, Deputado Pedro Tonelli, eu estou com 81 crianças mudas e surdas e vou apresentá-las na televisão. Eu não tenho dinheiro para comprar 81 aparelhos de surdez. O aparelho mais barato custa dezoito mil cruzados. Eu tentei ver se eu conseguiria com o Governo, tentei, com um pouquinho aqui, um pouquinho ali, as empresas me ajudando. São 81 crianças que querem falar "papai" e querem falar a palavra "mamãe", e não têm dezoito mil cruzados para colocar o aparelho de surdez no ouvido, meu Deus do céu! Enquanto isto se constrói neste País obras faraônicas, enquanto se constrói neste País, enquanto se briga neste País, enquanto se fala em jantares, em banquetes - por isso que eu não gosto desse diabo de jantar, de banquete, de adesão, não é comigo, não gosto dessas coisas, eu não sei comer em jantar de bacana, não sei. Meu negócio é viver no meio dos pobres, é viver nos meus conjuntos habitacionais, nas minhas bases, ajudando o povo que bate à minha porta. Nasci para fazer isso e vou morrer fazendo isso a vida inteira, que eu só sei fazer isso.

Então o que é que eu faço? São 81 aparelhos de surdez que eu vou entregar agora. Como é que eu estou conseguindo? Estou conseguindo com a ajuda de empresas, porque a conta fica em mais de dois milhões de cruzados. O Governo diz que não tem verba, e não consigo dele, então eu pego a uma empresa, troco em propaganda e não digo que eu faço isso não. Eu chamo até o testemunho do Deputado Algaci Túlio, que na Câmara de Vereadores de Curitiba foi criticado por assistencialismo. Ora meu Deus do céu, e o povo bate à porta do Vereador, ele tem de qualquer maneira, ele às vezes é obrigado, ele tem que se virar. Não, "eu votei no senhor, o senhor tem que me dar, o senhor tem que me ajudar". A gente sente isso na carne, Deputado Pedro Tonelli, eles exigem da gente, batem na cara da gente dizendo: "não, você ganha, você tem que ajudar". Por isso, a revolta do Deputado Algaci Túlio afirmando: "fecho

o meu gabinete". Concordei com ele, agora, hoje eu sou Deputado, recebo 50 mil cruzados. Conversei com a Sandra no meu gabinete, agora, vamos pegar 20 mil cruzados, paga, vamos ver o que a gente faz com essa quantia, paga hotel, vêm os pobres para serem internados aqui, arrumei a minha ambulância, com muita chateação botei uma cama dentro para levar e trazer doentes, porque o Governo não vai fazer isso para mim, eu é que tenho que fazer, então eu levo e trago. Tem gente que está doente aí, que não pode andar de ônibus. Então o que é que eu faço? Pego o dinheirinho, dividido, um pouco para Rolândia, um pouco para Ibiporã, um pouco para Cambé, um pouco para os meus escritórios de assistência que eu tenho no Norte do Paraná, é um direito que me assiste fazer isso, é um direito que me assiste. Eu queria que vocês me entendessem. Eu não pedi para fazer 90 mil votos, não pedi, nem um dos senhores pediu para vir para cá. Os senhores foram para campanha, fizeram seus votos, vieram para cá, mas eu duvido que não tenha um Deputado aqui que não seja cobrado, como eu fui agora na porta do meu gabinete. O cidadão chegou agora na porta do meu gabinete, dizendo que precisava de três telhas eternit, falei, "mas meu Deus do céu cidadão, eu tenho um monte de coisas para pagar, são remédios, receita médica, internamento". "Está vendo, está vendo, o que você fala na televisão é mentira, você não ajuda ninguém, aqui ninguém ajuda ninguém. Todo mundo ganha demais, ninguém faz nada". Dá vontade de dar um peteleco no "cara" e fazê-lo voar para o segundo andar. Há pessoas que vêm aqui pedir para eu pagar carro, comprar casa. Ora, meu Deus do céu, depois criticam os Vereadores, dizendo que os Vereadores são assistencialistas, depois dizem que os Deputados são assistencialistas. Não fomos nós que criamos isso.

Agora, eu pergunto aos Senhores: os Vereadores são cabos eleitorais dos Deputados Estaduais e nós somos cabos eleitorais dos Deputados Federais. Eles dependem de nós para se eleger, como nós dependemos das nossas bases. Ora, vejam bem. O Deputado Federal tem grana para distribuir? Tem? Tem? Duvido. Duvido que tenha. Duvido que exista alguém que faça o que os Senhores fazem nesta Casa de Leis.

Ora Senhores, concordo com o Deputado Pedro Tonelli, analisei o projeto, me sensibilizou, não estou aqui mentindo não, não estou enganando a mim mesmo, não sou capacho, nem do senhor, nem do Governador, de ninguém, sou capacho das minhas idéias, sou capacho dos meus ideais. Agora, o seu projeto é bom, é excelente, muito bom, mas cada Deputado aqui tem a sua base, cada Deputado aqui tem os seus compromissos,

tem que pagar restaurante. Vem aí um grupo de prefeitos lá do fim do mundo, você tem que dar de comer para o homem, tem que arrumar algum, tem que dar passagem. Ora, meu Deus do céu, se passar para o homem aqui, não vai ter nada disso, aí vão dizer que o Deputado é "pão-duro", não dá nada, come o dinheiro da Assembléia e não sei o quê... metem a boca na gente.

É um desabafo Deputado Pedro Tonelli, é um desabafo!

Por exemplo, foram formadas CPIs nesta Casa, CPIs, gente, eu entendo de CPI o seguinte: o que precisa uma CPI? O que precisa o Deputado Paulino na sua CPI? Precisa de condições. O que precisa a minha Comissão de Segurança Pública se eu e os demais Deputados tivemos que nos deslocar? Para resolver algum problema na área de segurança? Precisamos de recursos. Mas, e se a Assembléia não tem? Se a gente pega um carro da Assembléia e vai lá, o povo vai dizer: "Tá andando com carro do Governo, é marajá! "Ora, gente, a gente vem para cá para trabalhar. Você pega um carro do governo, com chapa branca e você sai dirigindo, vai lá em Cianorte na terra do Deputado Dirceu Manfrinato, chega lá para resolver um problema eu e o Deputado Raul Lopes, o Deputado Algaci e vamos lá na Delegacia. Passa um cara lá da Oposição e fala "Tá aí ó, Cadeia, é o Cadeia, é o Raul Lopes, olha lá, carro do Governo, mordomia, são os Deputados do Paraná. "Mas ninguém sabe que você está aqui dentro do gabinete desde as seis da manhã, aguentando uma procissão que não acaba mais, e tem que meter a mão no bolso, trocar em notas de cem, a verba de assistência social. E Cz\$ 100,00 para um, e para outro para mais um e vai tudo terminando, ninguém sabe disso.

É muito fácil meter o pau nos políticos, é muito fácil falar; o difícil é fazer. Concordo com o seu Projeto, enalteço o seu ideal. Agora eu tenho o meu. Se tomar esse dinheirinho do meu gabinete, meu gabinete cai, os homens me matam! É o único dinheiro que eu tenho para fazer o meu trabalho de assistência social. Se quiserem me chamar de assistencialista, problema de quem quiser me chamar. Ninguém tem nada que ver com a minha vida. Sou Deputado, votaram em mim porque quiseram, não prometi nada em palanque, disse que viria para cá para trabalhar. Não tenho satisfação a dar a partido político, tenho satisfação a dar aos 90 mil votos que eu fiz no Paraná e à minha consciência política.

Então, concordo com várias teses que V.Exa. apresenta no seu Projeto, só que, esse dinheiro de assistência social não deveria ser só Cz\$ 50 mil cruzados, deveria ser muito mais para que a gente pudes-

Agora há pouco eu estava ouvindo o Deputado Paulino Delazari, num aparte ao Deputado Algaci Túlio, dizendo que paga passagens para o asilo de velhos, de aposentados - uma coisa assim. Tem uma freira, uma irmã aí que se eu não mandar algum todo mês a casa cai.

Então, eu concordo com V.Exa., não na totalidade. Mas olha, não admito e não vou admitir nunca que se fale desta Casa de Leis. Não vou admitir nunca que se fale do Verador, não vou admitir nunca que se fale de um Deputado Estadual, não vou admitir nunca que se fale da verdadeira classe política, que quer trabalhar, não dos parasitas, mas sim daqueles que querem trabalhar, querem trabalhar pelo social, necessário não só em Curitiba, não só no Paraná, mas em toda nação brasileira. Isso é obrigação do Governo Federal, já que ele não faz, nós temos que fazer. O que o Senhor pretende fazer nesta Casa é de suma importância, mas eu tenho as minhas restrições.

Venho aqui sem desmerecer V.Exa., concordo como disse o Líder da minha Bancada, meu querido Deputado Caíto Quintana, concordo em parte com o seu Projeto, em outra parte discordo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (V.Exa. me concede um aparte?). (Assentimento).

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Luiz Carlos Alborghetti, V.Exa. faz um retrato exato do que acontece na vida parlamentar, de uma forma que lhe é peculiar e até interessante. Porque muitas vezes quando um Deputado vai para a tribuna preocupado com a oratória, preocupado com as palavras de retórica, ele não aborda a questão em profundidade, como V.Exa. está abordando neste instante.

Quando lhe pedi um aparte, foi para colocar uma questão. Realmente V.Exa., o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Pirajá Ferreira, outros Parlamentares, que fazem rádio, têm uma procura talvez maior e uma possibilidade também maior de receber ajuda para manter esta assistência. Os nossos gabinetes vivem exclusivamente da verba de assistência social. Porque não se tem esta possibilidade que o radialista tem. No entanto, as nossas regiões batem também às nossas portas. E o aparte que lhe pedi foi para colocar um fato, quando V.Exa. falava de 81 aparelhos de surdez. Da terra do Deputado Pedro Tonelli, que não presta assistência em gabinete, há questão de uns 30 dias atrás, e consultem as notas em meu gabinete, vieram 15 deficientes físicos, 15 crianças. Tivemos que agilizar carros de todas as Secretarias para pegar na Rodoviária, para encaminhar para tratamento, para conseguir encaminhar para os mais va-

riados tipos de deficiência, surdez, problemas de invalidez e outros. De onde, Deputado sai a verba neste caso? Da verba de assistência social, que se procura manter para ajudar estes necessitados.

Por isto, V.Exa. Também disse isso no pronunciamento do Deputado Pedro Tonelli. Melhor seria que os milhares e milhões de crianças de lábios leporinos, Deputado, que é um absurdo existir na quantidade que existe neste País, meninos de 15, 16 anos, com lábio rachado por causa da falta de assistência para poder fazer a cirurgia de lábio leporino, que é simples. Quem vai fazer? Vamos esperar que esta Nação daqui duas ou três gerações venha dar assistência social, vamos deixar morrer na porta do gabinete, ou na sarjeta, uma pessoa só em nome de uma falsa moral? Porque é obrigação do Poder Público e estamos viciando mal, se fizemos, ou vamos cumprir com a nossa missão de representantes populares e de praticarmos este assistencialismo condenável, mas necessário. A necessidade não marca hora, não espera vez e não fica nas filas esperando.

Por isto parabeno V.Exa. pela forma clara como V.Exa. coloca a grande dificuldade do gabinete, porque além da verba de representação, em cada gabinete que procura atender as pessoas de suas regiões, vai parte do vencimento junto, porque a verba de representação nunca chega ao final do mês para as necessidades que há.

Muito obrigado.

O Sr. Pedro Tonelli - V.Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o seu aparte, bem como a descrição da sua trajetória política e as suas preocupações fundamentais no Paraná, no seu gabinete, na televisão, no rádio, o que V.Exa. destacou muito bem. No entanto, gostaria de indagar a V.Exa., pelo que entendi, temos que assumir responsabilidades por aqueles que não assumem, temos que nos sentir responsáveis pelos deficientes, pelos necessitados, enfim por todos. Então indagara a V.Exa. qual a função do INAMPS, do INPS, do FUNRURAL, do IAM, da Associação dos Deficientes Físicos, do PROMOPAR, e de outras entidades que recebem recursos públicos? Qual a função destes órgãos que arrecadam 16%, 17% de todos os trabalhadores brasileiros, da produção, da gasolina que a gente compra, do fósforo, do cigarro, que é descontado para dar assistência, para atender as pessoas necessitadas? Até quando, nobre Deputado, nós vamos permitir que esses recursos sejam utilizados para construir Itaipu, para construir não sei o quê, para a corrupção, e nós vamos ficar acobertando aqueles que nos chegam pedindo Cz\$ 50,00 em cada gabinete, o que não é orçamento. Isso é esmo-

la!

Até quando? Por isso eu indago V.Exa. qual seria a função destes órgãos e, se somos nós que temos que puxar para nós a responsabilidade de atender e de quebrar o galho dessas pessoas?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu vou responder a V.Exa. no meu linguajar de pé-vermelho, lá do Norte do Paraná.

Eu vou mandar um ofício ao Presidente Sarney para que ele me responda quando ele vai resolver colocar em operação o programa social do meu País. No dia em que ele me responder, eu terei o imenso prazer de passar a V. Exa., porque essa história a cada 4 anos eu a conheço.

As passagens o INPS dá? As entidades que querem auxílio, o INPS dá? As bolsas de estudo, o INPS dá? Não dá, não dá e não dá mesmo. Nunca vai dar.

Se você pede alguma coisa ao PROMOPAR, faltam sempre recursos. Lamentavelmente, eu não quero dizer aqui Deputado Pedro Tonelli, eu sou Deputado que não gosto de ocupar a tribuna para ferir companheiros, seja do PT, ou do PFL, seja do PDT, seja do PTB, do meu mestre Erondy Silvério, que esses dias a filha dele, veja que ele sendo Deputado, a filha dele mandou um colete para o meu gabinete em vez de mandar para o gabinete dele. Em vez de ajudar a assistência dele, ajudou a minha. Não sei se ele vai brigar com ela, mas ela me telefonou e diz que tem umas coisinhas e vai mandar para mim.

Então, eu queria dizer aos senhores, que eu respeito os políticos que trabalham pelo Paraná; eu respeito a classe política que quer dar, eu fui rotariano muitos anos e eu não esqueço de um slogan que tem o Rotary: "Dar de si antes de pensar em si".

Com verba de assistência ou sem verba de assistência, quem passar no meu gabinete, Deputado Pedro Tonelli, se eu puder ajudar, eu vou ajudar, como tenho certeza que todos os Deputados aqui ajudam. Todos os Deputados do sudoeste, do oeste, do norte do Paraná, de Curitiba. O Algaci Tullio, quando era Vereador, na Câmara foi tão criticado por ajudar, por internar, por fazer isso. Discordo de tudo isso.

Eu acho que nós não nascemos, eu acho que o nosso caso não é para ser assistente social, nós estamos aqui para criar leis que façam com que o Governador, não só para criar leis, eu vou mais além, para dar idéias ao Governador, para dar idéias ao seu secretariado, para que eles possam caminhar esses novos passos que o Governador Álvaro Dias está lançando no meu Paraná.

Se nós somos tachados de assistentes sociais, lamentavelmente a culpa não é nossa. Não é nossa.

O Sr. Haroldo Rodrigues Ferreira (Aparte)
- Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Em função da discussão desse projeto de resolução do Deputado Pedro Tonelli, acho que Vossa Excelência colocou um fato fiel, um retrato fiel do que nós temos desempenhado enquanto Deputado Estadual, o que realmente nos deixa muito entristecidos, e vem a cada dia no nosso trabalho parlamentar nos deixar descontentes com a função que estamos desempenhando aqui, porque na verdade não era essa a nossa proposta.

Por outro lado, eu acho que o Deputado Pedro Tonelli tem que admitir a realidade na qual nós vivemos. A dívida social que existe nesse país é muito grande e não fomos nós que a criamos. Eu entendo que esse processo é um processo de luta de todos nós acima de tudo pela redistribuição de renda e pela melhoria da qualidade de vida da nossa população, que vai passar fundamentalmente pela questão da educação e pela organização social, porque vai ser através da organização social dos trabalhadores, dos sindicatos, das associações de moradores e que a população organizada vai saber, dentro do regime democrático, fazer pressão para que haja uma redistribuição de renda no País e uma melhoria da qualidade de vida da população. E eu entendo que existe, neste ano em que estamos discutindo a Constituinte, a possibilidade de fundamentar-se questões importantes para nós começarmos a mudança deste País. Está aí, vai entrar em pauta, nos próximos dias, a questão da Reforma Agrária, que é de fundamental importância para o assentamento de agricultores, pois a política agrícola destes últimos anos transformou uma série de trabalhadores rurais em bóias-frias, que vivem nas periferias dos grandes centros, sem uma profissão, mão-de-obra desqualificada, sem acesso ao trabalho com salário indigno e injusto. Então, eu entendo que a nossa luta tem que ser em cima da questão maior, assim como a Educação, que deve ser pública, gratuita, em todos os níveis, é por isso que nós defendemos estas teses. Mas nós temos que entender o seguinte, que a dívida social existe e que as pessoas realmente precisam, enquanto não acontece esta mudança fundamental no País, de atendimento, e se ela, da forma que está sendo feita aqui nos gabinetes, é insatisfatória para quem necessita da assistência e é insatisfatória para nós, que prestamos este serviço, e que não é digna inclusive de um Parlamentar, ele pode ser um serviço digno mas não é da nossa competência, mas nós teremos que fazê-lo. Eu entendo que a centralização deste processo nas mãos de 2, 3 ou 4 Parlamentares, criando mais uma instância administrativa nesta Casa, vai fazer com que haja concentração de recursos nas mãos de

poucos e uma vez mais vai ser reforçada a injustiça, porque poucas pessoas serão atendidas e serão atendidas por critérios de poucos!

Então, eu luto pela democratização e enquanto nós não pudermos ter a melhoria da qualidade de vida da população, porque a ciência não existe, porque a população não está organizada a ponto de nos levar a um processo revolucionário no país para mudar a questão relativa a capital-trabalho, nós deveremos ainda, e sem dúvida nenhuma estaremos sendo solicitados pela população, e temos que nos pronunciar a respeito destas carências que existem em nosso País.

Então eu sou contra o Projeto do Deputado Pedro Tonelli, acima de tudo pela concentração do poder e pela concentração do poder e da decisão nas mãos de poucos podendo gerar distorções dentro desta Casa e beneficiar ainda a poucas pessoas e às vezes, nem sempre as que necessitam do atendimento.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para finalizar.

Se este Projeto for aprovado, eu tenho certeza que muitos serão injustiçados, nesta Casa. Porque eu vou mandar uma lei para a Presidência desta Casa ou o setor que pretende ser formado nesta Casa. O Deputado Algaci Túlio vai mandar leis, vamos chegar os dois juntos, um tropeçando no outro, porque nós temos programa de rádio, entendam, por favor, entenda Deputado Pedro Tonelli, sem desmerecer o seu Projeto. Alguém vai ser injustiçado!

Se for para criar isso aí, tudo bem, vai pegar Cz\$ 50 mil cruzados de cada um e vai passar para este setor e não vai resolver o problema também. Agora, se for para ter realmente dinheiro, para ter uma ambulância para levar o meu doente, que me dê todo o mês 100 cadeiras de roda, que me dê passagens, que me dê remédio, farmácia, que me dê tudo, pensão, eu concordo, porque mesmo que passe para cá, eles vão continuar indo no nosso Gabinete, porque se eles forem lá e forem mal atendidos, vão dizer: "O Algaci me mandou lá, me ralei, não deu. O Alborghetti me mandou lá, me ralei; Deputado Basílio Zanusso, vim lá de Nova Esperança, pensando que ele ia me ajudar, me ralei".

Quer dizer, nós vamos levar cacetada de tudo quanto é lado. Vamos levar cacetada de tudo quanto é lado.

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Vossa Excelência está de parabéns pela forma brilhante, objetiva, com que descreve realmente este problema que estamos abordando neste instante. E Vossa Excelência em tão pouco tempo de Assembléia Legislativa captou perfeitamente o problema que me leva também a ser contra este projeto de resolução do Deputado Pedro Tonelli, embora reconheça nele uma boa intenção.

Mas não poderia ser incoerente, nobre Deputado, os Deputados da Legislatura passada sabem que já havia aqui na Assembléia Legislativa um departamento de assistência social, com quatro médicos, com bastante assistentes sociais, e funcionava apenas para 3 ou 4 Deputados que conseguiram colocar lá dentro alguns funcionários por indicação, nas eleições da Mesa.

E foi exatamente por isso, nobre Deputado, Deputado Pedro Tonelli, que nós, como 1º Secretário, tiramos da estrutura, na reforma administrativa desta Casa, o departamento de assistência social. Houve gritas de Deputados, mas os Deputados na sua maioria acataram e entenderam, porque nós entendíamos e continuamos entendendo Deputado, que cada Parlamentar nesta Casa tem uma vida política orientada segundo os votos que o trouxeram para cá.

Existem Deputados que foram apoiados por agrônomos, Deputados apoiados por professores, Deputados conduzidos aqui exatamente pelo trabalho que têm feito a nível de assistência social. Deputados que foram conduzidos aqui porque inspiraram o respeito, porque têm programa de rádio como é o seu caso, e nós Deputados estamos expostos a milhares de pedidos e solicitações de serviços, além de fazer leis. Temos de dominar quase todos os assuntos das Secretarias de Estado; quase todos os assuntos que dizem respeito à vida pública do nosso Estado.

E é por isso que nós entendemos e continuamos entendendo que a Assembléia Legislativa, que tem um corpo administrativo e com muita felicidade um nosso auxiliar, consultor, dizia que a administração da Assembléia deve ser uma empresa prestadora de serviços cuja clientela são os gabinetes parlamentares, que seriam pequenas mini-empresas clientes da grande empresa administrativa. E que cada gabinete tivesse a sua estrutura e independência e autonomia.

Por isso, na reforma administrativa implantada nesta Assembléia, nós tentamos criar essa imagem para que a administração da Assembléia ficasse isolada da influência do gabinete do Deputado, para servir apenas o gabinete que seria uma pequena empresa. Queríamos inclusive, na época, mas não permitia a legislação, de que cada gabinete recebesse a verba necessária até

para a contratação do seu pessoal, para que cada Deputado contratasse quem ele precisa.

Porque somos uma Casa política, onde vários Deputados têm seu tipo de ação política e se reelege através disso. Portanto, um Deputado precisa de, numa região agrícola usar o seu D.A.S. para contratar um engenheiro agrônomo para poder encetar as respostas à sua região agrícola. Outro Deputado, que é oriundo da capital e tem contactos digamos, com o empresariado, com micro-empresas, tem que contratar um economista para ajudar ou talvez orientar as respostas que precisa dar a seu eleitorado. Outro Deputado trabalha mais na área de educação, precisa de professor ou precisa contratar alguém que seja formado em pedagogia para poder se dedicar exclusivamente a isso, além dos demais afazeres do Deputado.

Portanto, a independência do gabinete parlamentar, com verba exclusiva, se o Deputado em vez de contratar o agrônomo para atender a sua região, resolve contratar o seu parente para repassar o dinheiro para ele, é problema dele. É problema do povo se quiser reelegê-lo.

Se o povo achar que ele deve prestar assistência social, que reeleja os assistentes sociais. Se o povo quer Deputado, o povo escolhe o Deputado que quiser.

E para isso o Gabinete precisa ter uma independência, uma estrutura, inclusive uma autonomia. Nós não podemos, a partir da Administração da Casa, querer controlar a vida do Gabinete de cada Deputado, a Administração da Casa, e Mesa Executiva e todo o Corpo Funcional, devem prestar serviços de xerox, de telefone, contratação de pessoal, enfim, os serviços que o Gabinete de um Deputado precisa para poder funcionar, segundo o estilo que o Deputado imprimir na sua ação política, e o povo é que vai responder nas eleições se está satisfeito com esse tipo de trabalho, ou não.

Eu acho que é uma questão muito simples.

Querer criar um Departamento de Assistência Social, de novo, Vossa Excelência muito bem disse, vai atender apenas a uma meia-dúzia de Deputados, que vão controlar essa verba, esses recursos todos, e os demais Deputados serão mal atendidos, principalmente o Deputado Pedro Tonelli, que é o único do PT aqui, certamente seria o maior prejudicado.

Então, por isso, eu acho, para resguardar até a função Parlamentar e até o direito do Deputado, de igualdade aqui na Casa, eu voto contra esse projeto e acompanho o seu brilhante raciocínio.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhores.

Vou encerrar o meu pronunciamento. Espero que cada um vote com a sua consciência, respeito a consciência de cada Deputado nesta Casa.

O meu voto é contrário ao presente projeto, mas enalteço o ideal do Deputado Pedro Tonelli, mas, espero que isso nasça nessa Constituinte que aí está; ao invés de debatermos o presidencialismo ou o parlamentarismo, vamos pensar na Reforma Agrária, no Social e na Segurança da família brasileira.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero ser breve, porque, evidentemente o nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti praticamente esgotou aquilo que diz respeito a nós políticos e homens de comunicação.

Quero dizer que o projeto do Deputado Pedro Tonelli, ele pode até, caso seu conteúdo fosse melhor analisado, e ter alguns itens até a serem aproveitados, a bem da Casa e a bem até de todos nós Parlamentares. Mas começa, Deputado Pedro Tonelli, o erro, em pedir Regime de Urgência, não passa por Comissões é analisado rapidamente e os Parlamentares apenas tomam conhecimento como tomamos nós, apenas hoje, porque o projeto está colocado na Ordem do Dia. Acredito até que ele possa ter, Deputado Pedro Tonelli, alguns itens que poderiam ser aproveitados, que poderiam ser colocados em prática nesta Casa, mas da maneira como está, a criação de um Conselho, de uma Comissão para estudar, para analisar, parece-me, disse o Deputado Luiz Carlos Alborghetti e disse também o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira com muita propriedade que iria criar aí uma situação difícil principalmente para nós, Parlamentares de Oposição. Seria um suicídio, nós, Parlamentares da Oposição, aprovarmos o seu projeto, porque, veja bem, Deputado Pedro Tonelli, sem qualquer desrespeito aos Parlamentares da Situação - nós estamos do outro lado. Já está difícil a coisa para nós; se encaminharmos uma pessoa para qualquer órgão da Assistência Social do Governo do Estado ou até mesmo da Prefeitura, é difícil que o nosso pedido seja atendido, eles evidentemente darão prioridade aos pedidos dos Parlamentares da Situação, se sobrar pode ser que atendam o nosso pedido, mas é muito difícil que isso aconteça, e eu sou testemunha maior disso, porque eu vivo "na pele" estes problemas.

Então, para nós da Oposição, é um suicídio a aprovação deste Projeto.

Veja, por exemplo, Deputado Pedro Tonelli, há comentários de que o Governo teria dado - se eu estiver enganado o Depu-

tado Caíto Quintana ou outro Deputado da Situação por favor, me corrija, mas pelo menos comentários, existem 50 bolsas de estudo para cada Deputado, ou Cr\$ 50.000 para cada Deputado transformar em Bolsas de Estudo.

Eu não recebi e pergunto a Vossa Excelência: Vossa Excelência recebeu essa importância ou essas bolsas?

Pergunto ao Deputado Basílio Zanusso, Vossa Excelência recebeu a importância ou as bolsas de estudo que o Governo teria dado? Ninguém de nós recebeu, se é verdade eu não sei, estou vendendo o peixe conforme comprei.

Então veja como é difícil, Deputado Pedro Tonelli, se realmente o Governo teria dado essas bolsas para os Deputados da Situação, e nós não recebemos, o que é que temos que fazer? Se nós não temos, temos que usar esta verba para poder compensar determinados pedidos que chegam até nossos gabinetes.

Eu não vou me aprofundar no tipo de atendimento, eu particularmente e o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ligados à comunicação, porque ele já falou tudo, é aquilo e mais alguma coisa ainda que ele não complementou, mas é tudo isso e muito mais que nós enfrentamos. Por exemplo, hoje mesmo o meu gabinete está comprando três mil bolsas de colostomia, que são para aquelas pessoas que têm problemas de câncer e que estão aí no Hospital Erasto Gaertner, sem atendimento.

Ontem à noite, ao sair aqui da Assembléia, onde é que fui? No Hospital Erasto Gaertner, chamado por alguns pacientes lá internados, que nem são de Curitiba, e que a maioria é do Interior do Estado e estão em situação difícil, penosa até mesmo em termos de alimentação e de medicamento. Eu lá fui visitar, e para esses doentes que lá se encontram algumas dessas bolsas serão destinadas.

Na quinta-feira lançamos em Curitiba a pedra fundamental da casa de amparo à criança com neoplasia, que precisa ter uma casa intermediária da casa do paciente ao hospital, porque o hospital não pode ficar a vida inteira com o paciente lá, para ele se recuperar, para ele receber o medicamento, o atendimento. Lançamos a pedra fundamental na última quinta-feira, ao lado do Hospital de Clínicas. A Festa da Ordem, que é uma promoção do companheiro Rafael Greca de Macedo, vai destinar uma grande parte do que for arrecadado para esta Casa, também.

Então, fica difícil se não fizermos este atendimento. Outro medicamento que é caríssimo e que nem tem mais aqui no Paraná e quase não tem no Brasil, a ciclosporina, que é usado para o transplante de rim, e eu tenho feito, através do meu pro-

grama de rádio, várias campanhas, feito bingos para arrecadar dinheiro para poder fazer o transplante no hospital, isso não é brincadeira, isso é difícil, custa Cz\$ 14 mil um frasco, e cada um tem que fazer um transplante precisa, no mínimo, de dez aplicações de ciclosporina e já nem tem mais aqui no Brasil.

E aí recorrem ao Deputado, vai o Algaci Túlio que é um dos poucos parlamentares eleitos por Curitiba, é um outro problema, Deputado Pedro Tonelli. Veja bem, é mais um dado sério aqui, praticamente o Paraná elegeu dois Deputados por Curitiba, por incrível que pareça, eu e o Deputado Rafael Greca, que nos elegemos com votos de Curitiba.

Os senhores vieram votados pelas suas regiões, evidentemente têm obrigação de atender o pessoal de suas regiões, agora sobra para mim, a Curitiba inteira, a região metropolitana, e não é fácil, se eu abrir mão desse valor de Cz\$ 50 mil, de verba de assistência social.

Eu poderia ir mais longe aqui, ônibus para enterro eu tenho que dar porque o Prefeito Requião, na época, quando fez acordo com os empresários, proibiu que fornecesse ônibus para enterro. Assim, lá está o Algaci Túlio de manhã, na rádio, dando três, quatro ônibus por dia, Cz\$ mil, mil e quinhentos, cada ônibus que vai para enterro diariamente, é o caixão de defunto que tem que dar, ainda hoje houve um pedido para uma criança de dois meses, lá foi o Algaci Túlio dar um caixão de defunto. Com dinheiro de onde? Se Vossa Excelência for olhar minha conta no BANESTADO, ela está com saldo negativo de mais de Cz\$ 300 mil, em que pese os Cz\$ 50 mil de verba de assistência social que para mim e para o Deputado Luiz Carlos Alborghetti não é suficiente, para nós teria que vir, pelo menos, Cz\$ 500 mil de verba para atender a toda essa gente.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência me concede um aparte? - (Assentimento). Só trinta segundos.

Chegou um cidadão que veio de Santa Catarina e arrumou um pedacinho de terra, faz uns dez dias, ele subiu no meu Gabinete com um bilhete de Vossa Excelência.

Vossa Excelência tinha dado para ele um encerado para cobrir o barraco e ele me pediu o fogão. Fogãozinho para ele cozinhar, porque ele veio precisando de um fogãozinho, eu mandei comprar o Liquinho com um fogãozinho em cima.

Como dizer não, Deputado Algaci Túlio? Eu não digo não, não vou dizer nem hoje, nem amanhã e nem depois, quem quiser votar em mim vota, quem não quiser, não vota, vou continuar ajudando sempre que eu puder ajudar.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - É uma realidade, não há como fugir dela, disse bem o Deputado Gernote Kirinus, disse bem o Deputado Caíto Quintana, é uma realidade e temos que conviver com ela.

Se os órgãos do Governo também não têm a capacidade suficiente para atender a toda essa demanda, temos que nós, políticos, também nos revesarmos e atender essa gente, criar um órgão. E aí eu pergunto ao Deputado Pedro Tonelli, até onde o componente daquele órgão terá a mesma sensibilidade que Vossa Excelência e eu, teria no atendimento a esse ou àquele cidadão que virá ao seu gabinete? Nós temos a sensibilidade porque vivemos o dia a dia do problema do brasileiro, desse povo desdentado, desse povo faminto. Agora, quem garante que aqueles que formarão essa Comissão terão esta sensibilidade, e aí corremos o risco maior ainda, como disse o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, de concentrar os poderes nas mãos de poucos.

E para nós, da Oposição, fica pior ainda, porque evidentemente, como a Bancada majoritária quero crer, e não seria este o papel que se disporia esta Comissão a fazer, mas correríamos um risco, é evidente e natural, como disse o Deputado Gernote Kirinus, de termos um atendimento maior a uma Bancada que hoje tem quarenta e um Deputados, contra uma Bancada que tem doze Deputados. Claro que seriam maiores os pedidos do lado de lá, que teriam que ser atendidos, depois os nossos, por isso é que acho que seria um suicídio da nossa parte, em especial da Oposição, aprovarmos este projeto. Reconheço que o papel do político não é de ser assistente social, mas não há como fugir da realidade. Há mais de quinze anos eu faço isso. Antes de ser Deputado eu fazia isso, antes de ser Vereador eu fazia isso. Está aí o Deputado Erondy Silvério que foi quem me ajudou a dar o primeiro passo na carreira política, foi quem me incentivou para que eu saísse candidato a Vereador.

Dizia-me o Deputado Erondy Silvério, "você é um bobo, você é radialista e faz papel de político, seja político para você poder fazer realmente este papel político". Então, foi por esse motivo que hoje me encontro nesta Casa. E não posso negar essa parte do Deputado Erondy Silvério, que foi o incentivador. Ele via diariamente na pele, porque ele tinha cinco minutos no meu programa na Rádio Independência, ele via as filas intermináveis de pedintes na minha rádio, esperando terminar o programa para pedir perna mecânica, dentadura, óculos, caixão de defunto, ônibus para enterro, dinheiro para passagem, dinheiro para pagar o botijão de gás, para

pagar a conta de luz que estava vencida há três meses.

Então, é difícil, realmente, a não ser que se mude a política toda, a começar pelo Governo Federal, com a proibição de distribuir leite para os carentes, que eu também acho que é um paliativo. Aliás, tudo isso aí é um paliativo que nós fazemos, não resolvemos em definitivo o problema de ninguém, estamos apenas empurrando com a barriga um problema social que é incrível neste País.

Eu acho que a mudança tem que vir lá por cima, Deputado Pedro Tonelli, o dia em que este Governo Federal disse que o salário mínimo do trabalhador é Cz\$ 15 mil, quem sabe não haverá mais necessidade de se ter gabinete parlamentar para virar órgão de assistência social.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - (Para discutir) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não podia, nessa oportunidade em que se discute a questão social, diante da discussão do projeto do Deputado Tonelli, deixar de trazer aqui também o meu manifesto e manifesto este de um conhecimento que eu tenho através de um trabalho que realizamos lá no interior, com emissora de rádio. Manifesto-me praticamente em defesa do que disse aqui o Deputado Algaci Túlio, do que disse o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, falando da importância que tem o radialista, a emissora de rádio na ação social e como atrai para si os problemas da comunidade. Eu ouvi o Deputado Luiz Carlos Alborghetti falar aí, euforicamente, das dificuldades que passa no seu gabinete, naturalmente onde ele estiver, e eu tenho certeza e acredito plenamente no que ele está falando, porque conheço profundamente esse tipo de problema, e com o Deputado Algaci Túlio acontece a mesma coisa.

Disse o Deputado Luiz Carlos Alborghetti e sempre fala em seu programa de televisão, ou aqui na Assembléia, do radialista "Pinga-Fogo". Esse radialista é o gerente da minha emissora de rádio, ele faz um trabalho, conhece muito bem o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o trabalho de ação social que nós fazemos através da Rádio Cidade, lá no Vale do Ivaí, no Município de Jandaia do Sul. Nós sabemos quanto nos tem custado essa atração das pobresas, daqueles carentes, daqueles que sofrem toda a sorte de dificuldades da vida, por termos atraído para nós os seus problemas.

Na emissora de rádio diariamente é uma fila. Como disse o Deputado Algaci Túlio: são desdentados, são esfarrapados, são os abandonados da vida. Essas pessoas cami-

nam para os radialistas, que assumem a bandeira de defesa das pessoas carentes como a única saída. Às vezes nas épocas de eleições - prestigiados, muito bem lembrados pelos candidatos a Prefeito ou então pelos Prefeitos ocupantes de cargos, mas, depois, no decorrer do mandato, sobra mesmo o trabalho para aqueles que realmente o fazem com carinho com dedicação, assistência social. Então eu diria que cada um de nós, Deputado, Deputado Pedro Tonelli, que atraímos para nós a necessidade de se fazer assistência social ou a coragem de fazer assistência social, ainda que criticados por muitos por clientelismo, ainda que criticados, aqueles que assumem e têm a coragem de assumir esse trabalho de ação social cada dia mais aumenta sua clientela, cada dia mais aumenta o seu sacrifício e os recursos são poucos, realmente.

Nós achamos que, como o tão discutido nesta Casa, o salário de Deputado, é razoável, e até satisfatório, mas a assistência social, talvez exija, em vez de tantos órgãos de ação social, menos, e que os recursos fossem destinados às mãos dos Deputados e que eles aplicassem como devem aplicar, realmente, na assistência social. Desse modo, seriam bem melhor atendidas as populações.

Eu aproveito a oportunidade também para dizer aos Senhores que nós temos sido até atendidos pelos órgãos de assistência social do Estado nas poucas reivindicações que fizemos. Mas, eu acredito que era necessário e é necessário, e nós esperamos na época da reforma administrativa do Governador Álvaro Dias, que acontecesse alguma coisa de novo. Que essas entidades de assistência social se concentrassem e se eliminasse a burocracia, se facilitasse o trabalho que nós, Deputados, fazemos quando da indicação de uma necessidade qualquer para as pessoas carentes e que fosse atendida imediatamente. Normalmente têm sido atendidos mas a demora é muito grande. Às vezes você pede um colete para recuperação de um problema de coluna, quando chega o colete o paciente já está completamente debilitado, com problemas seriíssimos. Às vezes pede-se uma perna mecânica e o atendimento vem, mas a pessoa já se arrastou por 2, 3, 4, 5, 6 meses e é humilhante essa situação.

É necessário que esse trabalho de ação social seja feito com um pouco mais de imediatismo, tão logo solicite o Deputado.

Uma outra reivindicação que eu aproveito, na oportunidade, para fazer nesta Casa, é que quando o Deputado envia uma solicitação para um órgão de assistência social do Governo, é necessária a tramitação dos documentos. Acredito que a assinatura dos Deputados e um laudo médico, é

quanto basta, não tem que tramitar. Ninguém dá cadeira de rodas para as pessoas passearem. Ninguém dá uma perna mecânica para um indivíduo dar uma voltinha de perna mecânica. Ninguém dá um colete porque um indivíduo quer diminuir a barriga. Se o Deputado indica, é porque é necessário o atendimento imediatamente. As passagens das pessoas carentes, que se jogam para a Capital na busca de empregos, na busca de tentativas de dias melhores, quebram a cara, isto acontece diariamente nos gabinetes.

É necessário que tenhamos o nosso recurso no gabinete para atender estas pessoas. Portanto, votarei contra o Projeto do Pedro Tonelli.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Quero parabenizá-lo por este encaminhamento de votação e gostaria de dizer que as suas reivindicações são corretas e que na realidade há um certo retardamento na entrega de cadeiras de rodas e de aparelhos, porque se é pedido, é porque a pessoa necessita. Por isto, concordamos com o que Vossa Excelência coloca.

Nesta Casa têm diversos companheiros que já foram Prefeitos, é o caso de João Arruda, Nelson Vasconcellos, Hermas Brandão, Cândido Bastos, Basílio Zanusso e tantos outros companheiros nossos que já saíram desta Casa e foram Prefeitos e que sabem destas dificuldades. Como sabe Vossa Excelência, estou acompanhando o seu trabalho na região do Vale do Ivaí, onde tivemos a oportunidade de juntos disputarmos as eleições em Kalorê. Temos muitas dificuldades no atendimento na área social. Os Prefeitos recebem recursos das Ações Integradas de Saúde, recebem recursos até também do próprio PROMOPAR, mas são poucos recursos que não dão para um bom atendimento. São diversos municípios com diversos problemas. É um município que tem plantio de cana-de-açúcar e quando termina a safra ficam os bóias-frias desempregados, a Prefeitura tem que dar atendimento ... E é evidente que os Prefeitos e as lideranças políticas pedem socorro a nós, Deputados. Atendemos o trabalhador rural, o trabalhador da indústria, o trabalhador do comércio, bóia-fria e este atendimento que chamam de assistencialista, é o atendimento que também pode estar fazendo o PT atendendo os trabalhadores. São as pessoas que necessitam. Porque o rico precisa de nós para quê? Por problemas de asfalto, de água, de energia para ligar seus aparelhos de ar condicionado. Enfim, o rico precisa pouco de nós. Quem precisa é o pobre, o mais carente. Por isto que quando nos chamam de assistencialistas, não nos ofendem. Isto até nos enaltece, porque é

muito bom podermos nos sentir úteis e podermos atender as pessoas que precisam de nós.

Por isto, companheiro Deputado Antônio Costenaro, esta manifestação sua é a nossa. Não podemos concordar com discursos demagógicos, com projetos demagógicos que, na verdade, fogem do objetivo. Seria bom que tudo fosse correto, fosse certo e que nada precisasse ser ajustado. E enquanto o Governo Federal continua virando as costas para o povo, não podemos fazer o mesmo, porque o povo confiou em nós.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Obrigado, Deputado Nilton Barbosa.

Concordo plenamente com as afirmações de Vossa Excelência. Gostaria de lembrar também que vários Deputados desta Casa foram Prefeitos. Acredito que estes Deputados o são hoje, depois de ter passado pelo crivo popular na Prefeitura também e porque agiram imediatamente e corretamente e atenderam a população. Por isto foram promovidos a Deputados Estaduais.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Obrigado, Deputado. Também concordo plenamente com suas palavras e vou mais além. Por um lado até seria bom acabarmos com a assistência social nos gabinetes para não correr um risco que correram os Vereadores, inclusive eu e o Deputado Rafael Greca, quando o próprio Tribunal de Contas diz que não é direito do Parlamentar fazer a assistência social. Ficariamos livres, amanhã ou depois, também nesta Casa, do Tribunal de Contas baixar aqui e dizer que estamos gastando dinheiro fazendo assistência social.

E vou mais além e aqui encareço à Bancada da situação nesta Casa. Todos sabem, é público e notório, que o Governo do Estado fez um acerto com os homens do jogo do bicho, e hoje 9%, me parece, vão para assistência social. Eu acho que estaria na hora Deputado Costenaro, de nós Parlamentares independentemente de cores partidárias, fazermos um apelo a Sua Excelência o Governador, no sentido de que destes 9% venha para cada um dos Senhores Deputados, já que, praticamente, se oficializou o jogo do bicho neste Estado, que venha também para cada um dos Senhores Parlamentares, para, esta Casa, uma determinada percentagem do jogo de bicho, afinal de contas, é para fazer assistência social, que venha também a cada um dos Parlamentares um pouco desta verba, para que possamos também dar um atendimento maior, já que os próprios órgãos do Governo não conseguem, ou pelo menos, em função da burocracia que existe ainda, não conseguem dar o atendi-

mento necessário.

Era nesse sentido que eu queria colocar meu aparte a seu pronunciamento, que vem mais uma vez também corroborar aquilo que já dissemos. O problema existe, hoje, é uma realidade, não podemos fugir dela. Se não fizermos este trabalho, vamos encontrar nas ruas, caídos por aí, deficientes físicos sem poder se levantar, sem poder usar mais a sua bengala de madeira que já está apodrecendo, a sua perna mecânica que folgou em função de que houve, evidentemente, problemas com a sua perna, metade da sua perna, sua mão mecânica, essa coisa toda. Então, não tem como escapar disso.

Então, é nesse sentido que queria cumprimentar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Muito obrigado Deputado Algaci Túlio.

Eu gostaria de enfatizar ainda que quando da presença do Ministro Aníbal Teixeira aqui no Estado do Paraná nós tivemos oportunidade de ver afirmações dele de que na questão do menor, principalmente, dos 100% do recursos que o Governo Federal destinava à Assistência ao Menor, 94% eram gastos com administração e despesa de pessoal e 6% apenas eram gastos com os menores.

Então, isso que é necessário que se erradique na Nação Brasileira, ou seja de que as entidades sejam criadas para o emprego, comodismo de muitos, a colocação de pessoas e não com o objetivo verdadeiro.

Portanto, como eu diria no começo, na reforma administrativa foi pregado a concentração, o fim do IAM, o fim do PROVO-PAR. Mas, pelo que me parece, não aconteceu nada disso, esses órgãos continuam aí. Eu diria que comecei a encaminhar os meus requerimentos diretamente à Secretaria do Trabalho e Ação Social, e agora fui alertado de que tem vários órgãos atendendo, continuam atendendo da mesma maneira. Então, eu acho que foi um pouco de fantasia. Eu lamento que tenha acontecido isso.

Então, dentro dessas discussões, nós levamos aos Senhores a nossa preocupação. E como foi feita a proposição do Deputado Algaci Túlio, de que reunamos todas as Bancadas e façamos um acordo com o Governador para que sejam repassados mais recursos para os Deputados e que sejam concentrados realmente esses atendimentos.

Concedo o aparte ao Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso - Nobre Deputado Costenaro quero cumprimentar Vossa Excelência pela brilhante exposição que faz nesta tarde a respeito da assistência social. E quero, em reforço às suas pondera-

ções trazer uma contribuição que tive a oportunidade há pouco de levar também ao eminente Deputado Pedro Tonelli.

Se exigirmos dos órgãos públicos o atendimento das pessoas carentes e em não havendo a capacidade do atendimento a essas pessoas, certamente tais pessoas viriam reclamar do Deputado Estadual alguma providência. Então, acabaríamos chegando ao ponto de ocupar o espaço reservado às sessões da Assembléia Legislativa para aqui um muro de lamentações pela impossibilidade do poder público dar o atendimento às pessoas necessitadas de atendimento médico, necessitadas de passagem, necessitadas disso e daquilo. É muito mais prático o Parlamentar atender de uma vez para que a pessoa possa seguir o seu caminho do que ficar nesse vai e vem.

Realmente, nós temos que partir para o aspecto prático. O parlamentar tem que ser um homem prático e nós temos que reconhecer a realidade brasileira e nós não podemos sonhar com situação hipotéticas que possam ser consideradas as melhores. No papel, realmente, o projeto do eminente Deputado Pedro Tonelli é excelente, é excelente, no papel, agora na prática, já houve experiência anterior que foi feita e não funcionou. E aqui eu invoco testemunho, mais uma vez, do Deputado Gernote Kirinus que, inclusive, chegou a propor e já fez a exposição a respeito deste assunto, uma alteração profunda na sistemática da própria Assembléia Legislativa. E, realmente, esta fórmula que foi por ele apresentada, é muito prática. O próprio Congresso Nacional está analisando a possibilidade de se transformar o gabinete parlamentar em algo autônomo. Haveria recursos para que o Deputado atendesse as suas próprias despesas, contratasse quem ele quisesse, atendesse, com a assistência social, ou seja lá da forma que quisesse a quem quisesse. Se também não quisesse atender o problema seria do Deputado. Enfim, ele é o representante do povo e está ali para cumprir um papel, não apenas o de legislador, mas de representante do povo, e representante do povo é aquele que deve estar sempre pronto para atender os anseios do cidadão. Porque a nossa função aqui, a função prática do Deputado, inclui muito de conselheiro, muito de procurador do indivíduo desesperançado com a situação econômica, com a situação social da atualidade!

Dizer que o Deputado só deve legislar, então não corresponderia ao fato do Deputado acompanhar uma comissão de sem-terras, que precisa receber do Poder Público alguma forma de atendimento, ou de quem de direito. Então, é legítima a participação do Deputado nos diversos aspectos que seja convocado a precher ou a cumprir.

Estou com Vossa Excelência, votarei contrariamente ao projeto de lei, em vista das ponderações que estão muito bem apresentadas por Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - Eu concordo com Vossa Excelência e diria até que, como trabalhador e como empresário eu aprendi que quando das necessidades procura-se atender o mais breve possível, que atinge-se o objetivo e além do mais torna-se econômico. Todas as vezes que você tem que estar reivindicando, protelando, discutindo, arrumando desculpa, o trabalho é dobrado, triplicado. Infelizmente, na ação política nós temos este sacrifício. Não se consegue nada imediatamente, objetivamente, é só ao longo das discussões! É isso que era necessário, que o homem público, o legislador, principalmente, pudesse ter o direito de uma ação mais imediata.

Eu concedo o aparte ao Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu agradeço o seu aparte e gostaria de aproveitar este final de discussão, creio eu, muito rico. Houve vários companheiros Parlamentares que apelaram para que a gente retirasse este projeto da Ordem do Dia. Eu não vou retirar, não, acho que deve ficar registrado, nos Anais da Casa, pelo menos qual o interesse maior dos Parlamentares desta Casa. Se nós queremos dar calmante, paliativos, para uma situação injusta, que não foi provocada por nós, ou então nós estamos mais interessados em buscar a cura da doença.

Portanto, esta votação vai representar o comprometimento e a vontade dos Parlamentares que compõem esta brilhante Casa de Leis.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Deputado Pedro Tonelli, nós entendemos sua posição e discordamos do seu Projeto, até porque nele está embutido também, naturalmente com a simpatia da totalidade dos operários desta Casa, daqueles que aqui a servem, uma ajuda, uma melhoria ao padrão de vida principalmente daqueles que ganham pouco. Nesse aspecto, eu tenho certeza que a totalidade dos Deputados aqui presentes, como nós, está de acordo.

O que nós temos que fazer então, é reivindicar à Direção da Casa para que se proceda uma melhoria salarial daqueles que ganham pouco, daqueles que ganham menos. Agora, não criar protecionismo através de fornecer alimentação ou mais alguma atenção, porque nós não resolveríamos o problema social. Se tivermos a preocupação condicionada a esta Casa, nós temos que

ter a preocupação, a nível estadual, a nível nacional, porque aí sim nós estaremos sendo justos. Mas à medida que nós protegemos somente aqueles que nos cercam para recebermos o abraço, o sorriso, no dia a dia, naturalmente nós estaremos abandonando os que estão mais distantes. A nossa preocupação é genérica, é a preocupação de todo dos trabalhadores do nosso Estado e do nosso País.

Portanto eu acho que Vossa Excelência, sem dúvida nenhuma jogou uma cartada que eu passo classificar - no meu entender - bastante denagógica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar a Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Concedo a palavra, para encaminhar a Votação, ao Senhor Deputado Rafael Greca, por 10 minutos.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Talvez eu nem precise dos 10 minutos para encaminhar esta Votação, no entanto há algumas coisas que precisam ser ditas, por exemplo:

É interessante que esta Assembléia seja assediada por uma legião de famintos, de oprimidos, de miseráveis, exatamente sob o império de um Governo que gasta milhões de cruzados para declarar, nos vídeos do País inteiro, que faz tudo pelo Social; talvez seja o Social que desenvolve nos salões do Itamarati, ou que se acerta nos espaços dos grandes conciliábulos da República, nesses "cocktails" onde o beletista Presidente se reúne com as cantoras líricas, enquanto o povo clama nas praças, aliás, como aconteceu recentemente no Passo Imperial do Rio de Janeiro, quando a Senhora Bidu Sayão era condecorada. Mas, passemos, acreditando que realmente nesses "Brasis" se faz tudo pelo social, e evoluamos para o seguinte raciocínio:

Forjar consciência política não significa necessariamente convivência com a injustiça.

Então, nobre Deputado Pedro Tonelli, vai daí que, me permito discordar da sua argumentação na Justificativa do presente Projeto de Lei, de que, o seu projeto, tira, do Poder Legislativo, a imagem distorcida de grande centro de assistência social. Porque eu não vejo diferença entre a Assembléia como endereço dos miseráveis ou como espaço de Assistência Social aos miseráveis, exercer essa assistência social

por um Colegiado de 04 Deputados responsáveis por uma verba de assistência social, ou pelo Colegiado de todos os Deputados através dos 54 gabinetes exercendo a assistência social. Eu vejo, nos dois modos, a triste realidade deste nosso País de miseráveis e de oprimidos, que ainda não resolveu as suas contradições.

Eu acho que o seu projeto, de uma certa forma encontraria maior justificativa, se pudéssemos lançar dúvida sobre os Deputados, ou seja, naquele Gabinete, ou neste Gabinete, aqui ou acolá, no prédio aqui vizinho ou no prédio ali ao lado, se faz, com a verba da assistência social, um mau uso, se subtrai a verba do interesse popular se deixa de comprar o pão dos pobres, para se atender aos interesses pessoais dos Deputados!

Se vier esse respaldo de dúvida, daí realmente o seu projeto cresce!

Bom.

No entanto, há ainda um outro argumento que nós precisamos usar - essa procissão de miseráveis que bate à nossa porta, tenhamos sido eleitos por qualquer dos Partidos, ela mostra a falência do Executivo em lidar com a chaga social do Brasil.

Quanto ainda ao aspecto da dúvida sobre os Deputados - eu não tenho qualquer problema em administrar a verba de assistência social do meu Gabinete, aliás, porque eu passei pela Câmara de Vereadores de Curitiba e terminou o Tribunal de Contas por lançar dúvida na conta de assistência social da Câmara Municipal como um todo e, por extensão, do meu gabinete e do Deputado Algaci Túlio também. No meu caso a coisa ficou muito engraçada porque eu transferi as verbas para a "Casa e Albergue São João Batista", que é administrado pelas irmãs de caridade São Vicente de Paula e que hospeda a maioria das pessoas de FUNRURAL que vem morrer em Curitiba, porque o Estado tem a sua estrutura de assistência social toda muito centralizada em Curitiba, e acabou se lançando sobre mim a dúvida de porque eu jogava o dinheiro no "Albergue São João Batista". Ora, era pela simples razão de que eu não conheço nenhuma instituição mais séria do que aquele albergue, do qual eu integro o conselho de provedores, com pessoas da envergadura moral do Dr. Carlos Rischbieter, do ex-Governador Jaime Canet, da Senhora Marta Schulman, enfim, com pessoas gradas desta cidade de Curitiba.

Muito bem. À propósito ainda do seu projeto, Deputado Pedro Tonelli, eu acho que ele é avarento para com os pobres, porque ele economiza dinheiro para o Poder Executivo, e eu lhe provo, lhe provo na matemática de hoje e na matemática do orçamento que ainda está por ser votado por

esta Assembléia. O Senhor pede 2,5% da dotação orçamentária da Assembléia para criação de uma ação de assistência social aqui na Assembléia. Ora, 2,5% do presente orçamento equivale a Cz\$ 15 milhões de cruzados, porque o presente orçamento é de Cz\$ 600 milhões de cruzados. Ora, hoje nós recebemos Cz\$ 50 mil - cruzados por mês, como somos 54 Deputados, e como são doze os meses do ano, isso equivale a Cz\$ 32 milhões e 400 mil cruzados. Muito bem, se o projeto for votado, a assistência social no Paraná perde Cz\$ 17 milhões 400 mil cruzados. Eu não sei porque nós precisamos economizar para um governo que gasta demais em propaganda, para um Estado que é centralizador, e economizar justamente no pão dos pobres. O seu projeto parece, Deputado Pedro Tonelli, me desculpe, aquele expediente de um dono de empresa familiar, que bem assustado com a empresa que vai à bancarrota, determina ao seu contador que corte o cafezinho dos operários, porque é preciso economizar no pó de café.

Eu acho muito importante, Deputado Pedro Tonelli, que nós lutemos para resolver as contradições entre o capital e o trabalho no País, mas nós precisamos também fazer vez à situação de emergência, pois o tecido social se rasga. Nós viemos de um mutirão de caridade na festa de São Francisco, na Praça da Ordem, no coração da cidade, onde com o concurso de toda sociedade, e também das Senhoras dos Deputados, nós conseguimos arrecadar Cz\$ 2 milhões e 500 mil cruzados, e nós vamos usar metade disso para o "Albergue São João Batista" e outra metade para atender a Associação Paranaense das Crianças com Neoplasia e outras entidades assistenciais. Ora, a comunidade consegue gerar Cz\$ 2 milhões e 500 mil cruzados em dois dias de mutirão. Se o Estado é cruel a ponto de destinar tão pouco para subvenção social, não seja essa Assembléia mais avarenta e mais cruel ainda, de maneira que votar contra esse projeto, Srs. Deputados, não significa atrasar transformações do Brasil. Nós temos que votar a favor de projetos de interesse social, como por exemplo um projeto que venha do Governo, porque hoje só o Governador tem prerrogativa para isso, para descentralizar a assistência social no Paraná, colocando hospitais decentes pelo menos nas sedes das 18 microrregiões do Estado, e acabando com esse passeio dos miseráveis em direção à Curitiba para serem assistidos. Nós não evoluímos muito, nós estamos igual como no tempo do Dr. Muricy, o Dr. Muricy de saudosa memória, que é morto desde 1880, quando se fez o Hospital de Caridade da Irmandade de Misericórdia em Curitiba. Nós não evoluímos muito, nós estamos igual no tempo do Dr. Caetano Munhoz da Rocha, que foi dos Governadores

todos o que mais equipamentos de assistência social até hoje fez no Paraná, o Leprosário São Roque, o Asilo São Vicente. Enfim, nós não evoluímos, o nosso Estado é avarento com a Assistência Social.

Por isso, eu também tenho um projeto de lei aqui, que está nas Comissões, eu pedi urgência agora, que pede que a FASPAR, quando fizer convênio com entidades de utilidade pública, que tenham caráter de real utilidade pública, ou seja, de alívio do arcabouço de assistência social do Estado, a FASPAR, permita que essas entidades coloquem as suas despesas com pessoal também nas prestações de contas para o Estado.

Nós só vamos evoluir, Senhor Presidente, quando houver um sistema de informática acoplado às Prefeituras do interior capaz de reservar lugar nos hospitais da Capital e nos albergues da capital e de cada uma das cidades-pólo para as pessoas que querem se tratar. A mesma eficiência que existe e que impede que duas pessoas viagem na mesma poltrona de um avião, ela deve ser usada e colocada a favor da assistência social.

Nós não podemos permanecer como nos tempos do Dr. Muricy ou como ...

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Esta Mesa lhe concede um minuto para conclusão.

O SR. RAFAEL GRECA - Porque, Senhor Presidente, tanto Dr. Muricy, como Dr. Caetano, como Dr. Leocádio Correa, já são nomes de ruas e já passaram para outras esferas, agora nós não podemos, em nome de um progressismo ou do progressismo, ter a visão míope de estancar o socorro que vai dar aos miseráveis a condição de viverem até um dia de maior liberdade ou de maior libertação.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Em votação o Projeto de Resolução n. 47/87. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. REJEITADO.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu solicito verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Requerio chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Solicito a Senhora 1.ª Secretária que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(A Sra. 1.ª Secretária - Proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Eu retiro o pedido da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - A Mesa defere e irá proceder então à verificação de votação. Em votação o Projeto 47/87. Dois Senhores Deputados APROVAM e 29 Senhores Deputados REJEITAM. Rejeitado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 246/86, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE REALEZA - APAE", com sede e foro na cidade de Realeza, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 108/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL", com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 120/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARIALVA", com sede e foro no Município de Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 141/87, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FAXINAL - APAE", com sede e foro na cidade de Faxinal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 76/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 48/87), que inclui no Art. 260 da Lei n. 6174 de 16.11.70, alterada pela Lei 7421 de 17.12.80, um inciso III, dispondo que, pelo falecimento de funcionário portador de doença profissional, constatada em perícia médica, assegurar-se-á à viúva e filhos do mesmo, pensão calculada, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Em votação.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Estamos em 2.ª Discussão do Projeto de Lei 76/87, e nós temos dito aqui que usamos desta tribuna tanto para criticar o governo, instituições, grupos e até pessoas quando os seus atos se voltam contra a comunidade. Mas também sabemos usar esta

tribuna, este microfone, para elogiar quando tais atos são para beneficiar esta ou aquela classe e nós temos a coerência para isso. Hoje ainda, quando nós nos pronunciávamos no Horário da Liderança do PDT, que é um Partido de Oposição, falávamos da situação verdadeiramente lastimável em que se encontram os aposentados. Falávamos das desilusões daqueles que pensavam na aposentadoria, e que queriam encontrar o merecido descanso. Dizíamos que lamentavelmente como disse um estadista que nos visitou, "que este não é um país sério e que o desgoverno que aí está traindo os aposentados de forma desumana e cruel". E como os aposentados, outra classe sofre as mesmas agruras, tem o mesmo destino cruel de se tornarem membros da classe dos miseráveis, da classe dos famintos e por coincidência, nesta Casa, se falou muito nisso durante o dia de hoje.

Nós falamos das viúvas dos servidores públicos, das viúvas e dos filhos de servidores que morrem de moléstia grave ou em serviço. Assim é que, com prazer mesmo, vemos esta Casa discutir um projeto dos mais humanos, projeto que visa dar condições de sobrevivência às viúvas de servidores públicos. É uma questão social, Senhores Deputados! É uma questão de humanidade buscar solução para estes problemas! Vejam o que diz a mensagem do Governo: "É justa a Proposição porque considera que a morte do funcionário teve como causa o fator ligado diretamente à prestação do serviço público ao qual ele se dedicou com tal esforço ao ponto de sacrificar - em prol do interesse público - a sua própria saúde, agravada com o custo da própria vida.

Se o acidente em serviço causador da morte é um fato gerado pelo acaso de um só momento, a doença profissional decorre de uma dedicação prolongada que vai minando no tempo as forças do servidor, no próprio exercício de um dever funcional, cuja sequência leva à uma diminuição constante da energia de trabalho até seu exaurimento final.

Logo, se o acidente em serviço justifica a pensão especial, muito mais a justifica a doença profissional como insidiosa causadora da morte. Será um prêmio concedido aos familiares do funcionário por seu zelo, seu exemplo e mérito também. Além do mais, a medida reveste-se de grande alcance social, visando a proteção dos dependentes dos funcionários que se vêm desprotegidos na falta do meio de subsistência que eles, mesmo doentes, proporcionavam".

Senhores Deputados, Senhor Presidente, há também, ao mesmo tempo, em que parabeneizo o Governo do Estado por esta medida, quero fazer algumas considerações. Isto

porque, levando em conta que esta é uma pensão especial, deveria até ser um pouco mais abrangente. Por exemplo, deveria ser estendida às viúvas, aos filhos menores ou maiores que dependam economicamente, exclusivamente do servidor falecido, em virtude de moléstia profissional, ou qualquer outro evento em razão do qual o servidor público tenha sido aposentado por invalidez, ou ainda por acidente de trabalho.

Não vamos imaginar, Senhores Deputados, que isto é raro acontecer. Sabemos das condições do trabalhador no dia de hoje. Moléstias profissionais acidentes de trabalho, são comuns e o Paraná, lamentavelmente, é o quinto Estado na estatística de acidentes de trabalho. E o Brasil é um dos primeiros do mundo. Os acidentes de trabalho são mais comuns do que imaginamos. E entre estes incluímos os policiais militares, os policiais civis, que enfrentam a violência do dia a dia. E o que acontece quando encontram a morte dentro do cumprimento do dever profissional? A Lei 7.421 diz: "A pensão que será paga à viúva do militar será correspondente à metade do que este percebia".

Então vejam, Senhores Deputados, a situação da família deste servidor. Não será fácil aguentar a criação de filhos menores. Bem sabemos que quando morre o chefe de família, o nível desce terrivelmente. E por quê? Pela falta de uma política social mais humana e mais real neste País.

Voltando ao projeto, à mensagem governamental, hoje em 2. Discussão, repito que poderia ser ela mais completa. Mas o que se pretende já é alguma coisa. Não apresentamos emendas a esta mensagem porque seriam elas inconstitucionais, porque envolvem despesas para o erário público e nós, Parlamentares, não temos esta prerrogativa de colocarmos projetos que criem despesa para o Estado e emendas que possam criar mais despesas ainda. Mas o nosso voto é favorável. O novo benefício certamente virá ao encontro, pelo menos em parte, a muitos pensionistas, a muitas pensionistas do IPE, que vêm enfrentando sérias dificuldades e merecem melhor tratamento.

Por isto nesta tarde, já no início da noite, quero dizer e repetir mais uma vez, que quando subo a esta tribuna, é para discutir o projeto. Não vejo no projeto a cor partidária. Não vejo no projeto de onde ele vem, se é do Governo e eu sou político de Oposição... Desde que o projeto venha ao encontro dos interesses de uma classe da população, ele sempre terá minha acolhida. Mas, evidentemente, sempre estaremos aqui discutindo este projeto, procurando melhorar este projeto. Este aqui poderia ser melhorado, mas qualquer emenda que se colocasse no projeto seria in-

constitucional. Mas, de qualquer maneira, fica aqui o registro do Deputado de Oposição, do Partido Democrático Trabalhista, que faz oposição séria; que faz oposição responsável, que reconhece nesta medida do Governador Álvaro Dias uma medida que vem ao encontro desta classe de servidores do Estado, e especialmente às senhoras viúvas. Fica aqui o nosso reconhecimento.

Concedo o aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - É para me somar à sua manifestação, porque efetivamente estarmos nós na Oposição não significa a estupidez de termos diante de nós uma trava que os impeça de votar em concordância com interesse da humanidade, com o interesse do Estado quando as matérias venham cheias de méritos como é o caso deste projeto de lei complementar.

Eu também me associo a Vossa Excelência no momento em que lamenta que este Poder Executivo, digo, Legislativo, ainda por vício do autoritarismo que se implantou neste país, seja tratado como colégio de irresponsáveis que não pode legislar sobre matéria financeira.

O SR. ALGACI TÚLIO - Autoritarismo do qual não somos filhos, porque nós viemos bem depois do autoritarismo. Muitos invocam esta peça e nós, realmente, não a merecemos, porque, muito embora tenhamos nós pertencido ao PDS, não quer dizer que nós concordávamos com a política que era praticada por governos passados, por governos da ditadura.

O Sr. Rafael Greca - A minha visão, Deputado Algaci Túlio, é que o PDS e o PMDB são dois partidos, antes a Arena e o MDB e depois o PDS e o PMDB, são duas vertentes da mesma rocha do autoritarismo que se levantou no país, porque, tivessem os Deputados do então MDB renunciado todos os seus mandatos e certamente o país não teria o reconhecimento internacional necessário para que sucessivas quarteladas ficassem se perpetuando no poder pelos ditos 20 anos que agora já são 25.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é essa a nossa posição, repito, reconhecendo mais esta mensagem importantíssima que Sua Excelência o Governador manda a esta Casa e que nós de Oposição, com muito prazer, estamos votando porque ela vem ao encontro de uma classe bastante sofrida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Encerrada a discussão. Em votação o Projeto de Lei Complementar n. 76/87.

Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 124/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro na Cidade de Pinhão - Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 136/87, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE RECUPERAÇÃO VIDA NOVA - CERVIN, com sede e foro na Cidade de Rolândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 138/87, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS NÚCLEOS ARTESANAIS DE VIZINHANÇA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 144/87, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO que declara de Utilidade Pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BENEFICENTE ESTRELA DA MANHÃ - SASBEM, com sede e foro na Cidade de Jaguariaíva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 147/87, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE DO ALBERGUE NOTURNO DE BANDEIRANTES com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 149/87, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DO PILAR, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 151/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor JOSÉ AUGUSTO CORREIA SANDRESCHI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 153/87, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATER-

NIDADE E À INFÂNCIA DE RIO BOM - APMI, com sede e foro no Município de Rio Bom, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 154/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE GUARAPUAVA, com sede e foro no mesmo Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 162/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que altera a redação do artigo 1.º da Lei n. 8503, de 30.06.87. (Exclui a palavra "pública" constante na Lei original. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 54/87 (Mensagem n. 66/87, ex-Proposição n. 65/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., que aprova os Convênios celebrados em 21.07.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão e Paranaguá, objetivando ação conjunta no sentido de execução do Balizamento Noturno do aeroporto da sede dos referidos Municípios. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 202/87, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cambé, a partir da próxima legislatura, passando a contar com 11 (onze) Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo. (Public. no D.A. n. 91, de 31.08.87).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 202/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 202/87, de autoria do nobre Deputado Homero Oguido, tem por finalidade elevar o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cambé, a partir da próxima legislatura, passando a contar com 11 (onze) Vereadores.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental, estando em consonância com o artigo 35 da Lei Orgânica dos Municípios - Lei Complementar n. 27.

Portanto, o Parecer desta Comissão de Constituição e Justiça é favorável à aprovação do Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tamin Domit, ocorrido nesta Capital. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Walter Oberg, ocorrido no dia 01 de outubro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 103/86, que dá nova redação ao art. 1.º da Lei n. 7292/79 (Dispõe sobre alterações de divisas do Município de Cafelândia, desmembrado do Município de Cascavel). - **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 226/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 78/87, objetivando nova redação ao parágrafo único do Art. 1.º da Lei n. 8470, de 30.03.87, mantendo-se inalterado do "caput". - **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo informações da viabilidade econômica do fomento à plantação de cítricos em diversos municípios do Sudoeste. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Trabalho e Ação Social, viabilizando a melhoria salarial para o pessoal da Polícia Rodoviária Estadual. - **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a todos os vereadores do Paraná, pela passagem do "Dia Nacional do Vereador". - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente e Relator da Assembleia Nacional Constituinte, manifestando voto de repúdio ao substitutivo que estabelece que os professores não serão mais contemplados com a aposentadoria aos 25 anos de serviço. - Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, pleiteando a construção da Delegacia de Polícia, no Município de São Sebastião da Amoreira. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do INAMPS, encarecendo sejam melhorados os serviços médico-hospitalares deste Instituto no Município de Umuarama. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Profissionais de Educação Física do Departamento Especial de Recreação da Prefeitura Municipal de Curitiba, pela programação da Semana da Criança. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros de Curitiba, pela passagem dos 75.º aniversário de fundação. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, peço Verificação de Votação.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Peço a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Esta Mesa defere e solicita a Sra. Primeira Secretária, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.
(É procedida a chamada nominal)

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas para informar a esta Presidência e à Mesa Executiva, que não existe número suficiente de Deputados para continuarmos a sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Por este motivo esta Presidência fará a verificação de votação, onde poderá obter este número.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Deputado Ezequias Losso, queiram levantar-se.

Quatorze Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Esta Presidência registra com satisfação, a presença neste Plenário, do Sr. Prefeito Municipal de Quatiguá.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 76/87, dos Projetos de Lei n. 124, 136, 138, 144, 147, 149, 151, 153, 154 e 162/87, e do Projeto de Resolução n. 54/87.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 202/87.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 142/87.

Marca, ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 08, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 185, 85, 35, 183, 217 e 261/86, 75, 83 e 104/87.

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 252/86, 79, 113, 118, 121, 122, 139, 163, 39 e 40/87.

Marca ainda para quinta-feira, dia 08, às quinze horas, uma Sessão Solene de Outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao poeta Liberalino Estevam.

Levanta-se a Sessão.